



**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**  
**PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALENTEJO**  
**2014 - 2020**

**RESUMO NÃO TÉCNICO**

**RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL**



**QUATERNAIRE PORTUGAL, CONSULTORIA PARA O DESENVOLVIMENTO S.A.**

Outubro de 2014

# 1. O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?

O presente relatório constitui o Resumo Não Técnico (RNT) da Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Operacional da Região do Alentejo (de acordo com a alínea j) o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho), e consubstancia uma síntese do processo de AAE (enquadramento e processo de avaliação); uma síntese dos efeitos significativos e recomendações; indicações sobre a divulgação e consulta do RA. Os conteúdos deste documento assentam numa estrutura específica e orientada precisamente numa ótica não técnica, de forma a assegurar os objetivos do público-alvo a que se destina.

É fundamental referir que este Relatório Ambiental resultou da consulta pública e dos pareceres recebidos das Entidades com Responsabilidade Ambientais Específicas consultadas ao abrigo da legislação portuguesa, no quadro específico do processo de avaliação ambiental. Esta consulta pública foi realizada tendo por base a versão do Programa Operacional de abril de 2014, sendo que a versão final do Relatório Ambiental também se reporta a essa mesma versão, após essas consultas. Assim, considerando que foi entretanto produzida outra versão do POR, com base em alterações posteriores, registam-se algumas discrepâncias em relação à versão mais atual do POR, que foi alterada numa fase posterior a este Relatório. Essas alterações terão que ser vertidas em sede da Declaração Ambiental, que deve ser produzida com base na versão final do POR Alentejo que será aprovada.

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, transpõe para regime jurídico nacional a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente – Diretiva de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) – adotada em julho de 2001, sendo aplicável a todos os planos ou programas abrangidos pelo artigo 3.º, nomeadamente:

- a) Os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos anexos I a IV do presente diploma e que dele fazem parte integrante;
- b) Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos numa área sensível, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do presente diploma e de mais legislação aplicável;
- c) Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

No âmbito específico da presente AAE do POR Alentejo, esta inclui-se na alínea c): planos e programas qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

A preparação do Programa Operacional da Região do Alentejo (adiante designado por POR Alentejo) para o período de programação 2014-2020, dos Fundos Europeus e Estruturais e de Investimento (FEEI), deverá ser acompanhada por um processo de AAE cujas elegibilidades previstas apresentem uma evidência de materialidade que impliquem efeitos no ambiente, nos termos designadamente do n.º 5 do artigo 3.º da Diretiva 42/2001/CE, de 27 de junho, e de acordo com os “critérios de significância” enunciados no Anexo II desta diretiva.

A realização de uma avaliação ambiental ao nível da elaboração do POR Alentejo pretende garantir que os potenciais efeitos ambientais são tomados em consideração durante esta fase e antes da sua aprovação, contribuindo para assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro alargado de sustentabilidade; assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão; auxiliar na identificação, seleção e justificação das opções ganhadoras face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento; identificar problemas e

oportunidades, bem como sugerir programas de gestão e monitorização estratégica; assegurar o envolvimento de todas as partes interessadas, assim como processos participativos e transparentes.

A AAE vem, assim, incorporar a lógica de responsabilização, participação e transparência que determina, juntamente com os processos de avaliação *ex-ante*, que processos como o POR Alentejo, que apresenta ciclos de decisão próprios e legalmente contextualizados, possa ser eficazmente elaborado, implementado e monitorizado. Nesse quadro, a metodologia proposta para a AAE da elaboração do POR Alentejo pretende concretizar uma abordagem estratégica, com respeito integral pelas orientações emanadas da legislação em vigor, e estruturada de acordo com as dimensões desenvolvidas e referenciadas pela bibliografia especializada: técnica, de processo e de comunicação.

## 2. QUAL A METODOLOGIA UTILIZADA?

A metodologia definida no âmbito da presente AAE vai de encontro ao cumprimento do objetivo global deste processo, definido pela Diretiva da AAE:

“estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável” (artigo 1.º).

Assim, o processo da AAE deve contribuir para a adoção dum conjunto de soluções e medidas que permitam reduzir os efeitos negativos mais significativos no ambiente que resultem da aplicação do POR Alentejo em avaliação.

Neste contexto, e em consonância com as boas práticas e experiência nacional recente em matéria de AAE, os objetivos que presidirão à realização da AAE, e conforme o respetivo Caderno de Encargos, são:

1. Assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;
2. Assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão, enquanto as opções ainda estão em discussão;
3. Auxiliar na identificação, seleção e justificação de opções ganhadoras (*win-win*) face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;
4. Detetar problemas e oportunidades, sugerir programas de gestão e monitorização estratégica;
5. Assegurar processos participados e transparentes, que envolvam todos os agentes relevantes;
6. Produzir contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

O desenvolvimento e resultados deste processo são apresentados em sede do Relatório Ambiental (RA) Preliminar. Esse relatório é submetido a consulta, juntamente com o RNT, das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas (ERAE), sejam suscetíveis de interessar os efeitos ambientais resultantes da implementação do POR, tal como previsto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, bem como às instituições ou especialistas de reconhecido mérito na atividade objeto de consulta e ao público em geral. Estas consultas ocorrem num prazo de 20 (vinte) dias, juntamente com a proposta do POR. Após esta consulta, e com base na ponderação e integração dos pareceres e recomendações emitidos será elaborada uma nova versão do RA Final, tendo em consideração as consultas realizadas, e um relatório de ponderação aos contributos recebidos a integrar na versão final do RA.

Posteriormente, e após a entrega do RA versão Final e com a aprovação da versão final do POR será elaborada a Declaração Ambiental (DA) que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, deve conter:

- Uma síntese relativa às considerações ambientais do Relatório Ambiental que foram integradas no Programa;
- As observações apresentadas pelas entidades consultadas, na fase de discussão pública e o resultado da respetiva ponderação;
- As razões que fundaram a aprovação da proposta de POR à luz das outras alternativas razoáveis abordadas aquando da respetiva elaboração;
- As medidas de controlo previstas.

Assim, e em conformidade com as orientações da legislação, a AAE apresenta três momentos distintos, cujo encadeamento é apresentado na Figura 2.1, sendo que o presente relatório constitui-se como um produto da Fase 2 da AAE.

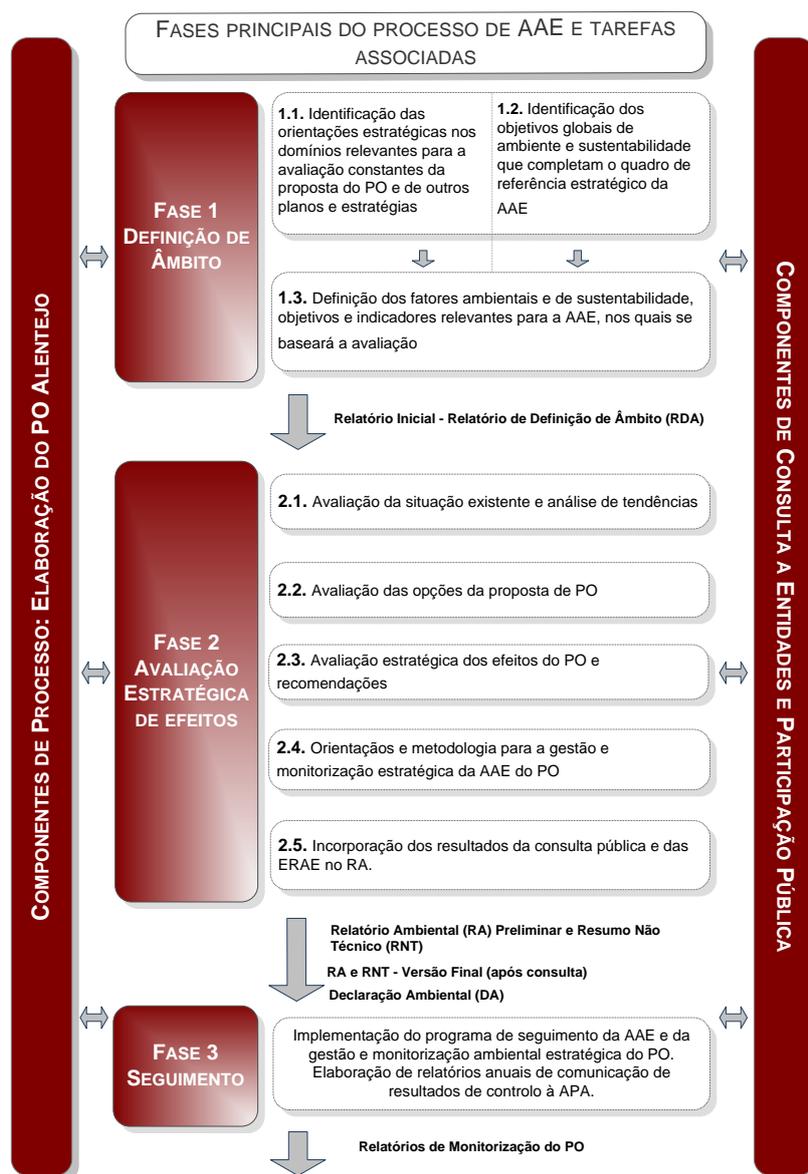


Figura 2.1 - Etapas da AAE previstas na legislação e principais produtos da AAE, do POR Alentejo

Neste seguimento, o processo de AAE foi então estruturado em torno de Fatores Críticos para a Decisão (FCD) selecionados de acordo com as especificidades do Programa, do Quadro de Referência Estratégico orientador (que contém as principais políticas, programas e estratégias e que constitui o macro – enquadramento da avaliação, criando um referencial, e reúne objetivos de política ambiental e de sustentabilidade adotadas na aplicação das políticas, planos e programas internacionais, nacionais e regionais, para além dos de índole estratégica e sectorial – Quadro 2.1) e do território em questão (Quadro 2.2), quer ao nível da caracterização da situação atual, quer na avaliação estratégica dos efeitos da elaboração do POR Alentejo.

Quadro 2.1 - Quadro de Referência Estratégico do POR Alentejo

Quadro de Referência Estratégico	
Documentos de Referência Internacionais	
Europa 2020	
Quadro Estratégico Comum 2014-2020 (QEC 2014-2020)	

### Quadro de Referência Estratégico

Estratégia Temática de Proteção do Solo (ETPS)
Estratégia: Inovação para um Crescimento Sustentável: Bioeconomia para a Europa (EICS)
Roteiro para uma Europa Eficiente na utilização de recursos (REEUR)
Programa geral de ação da União para 2020 em matéria de ambiente «Viver bem, dentro dos limites do nosso planeta» (PAU matéria de ambiente)
Estratégia de Biodiversidade da UE para 2020 (EB 2020)
Plano de Ação sobre a Ecoinovação (Plano EcoAP)
Quadro de Ação de Hyogo (2005-2015) (QAH)
Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas (EEAAC)
Convenção para a proteção do Património mundial, cultural e natural (CPPMCN) <sup>1 **</sup>
Convenção para a salvaguarda do Património Arquitetónico na Europa (CSPA) <sup>2 **</sup>
Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (CEPPA) <sup>3 **</sup>
Convenção Europeia da Paisagem (CEP) <sup>4 **</sup>
Convenção Quadro do Conselho da Europa relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade (CQCEVPCS) <sup>5 **</sup>
<b>Documentos de Referência Nacionais</b>
Programa Nacional de Reformas (Portugal 2020)
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015)
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC)
Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)
Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020)
Estratégia Nacional para o Mar (ENM)
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética: 2008-2015 (PNAEE)
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)*
Plano sectorial para a Rede Natura 2000 (PSRN2000)
Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013 – 2015 (PENT 2013 - 2015)
Plano Estratégico dos Transportes 2011 – 2015 (PET 2011 – 2015)
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)
Programa Especifico de Eficiência Energética na Administração Pública (ECO.AP)
Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)
Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos – Recursos Minerais (ENRG – RN)
Estratégia de Adaptação da Agricultura e das Florestas às Alterações Climáticas (EAAFAC)
Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC)
<b>Documentos de Referência Regionais</b>
Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Alentejo (PROTA)
Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROTOVT)
Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas Integradas na Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6) (PGRH Sado e Mira)
Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas Integradas na Região Hidrográfica do Guadiana (RH7) (PGRH Guadiana)
Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Tejo (RH5) (PGRH Tejo)
Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sado – Sines (POOC Sado – Sines)
Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sines – Burgau (POOC Sines – Burgau)
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo (PROF AA)
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo (PROF BA)
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Litoral (PROF AL)
Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PO PNSAC)
Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado (PO RNES)
Plano de Ordenamento do Parque Natural do Vale do Guadiana (PO PNVG)
Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Serra de Montejuento (PO PPSM)

<sup>1</sup> De 1972 – aprovada nacionalmente pelo Decreto n.º 49/79, de 6 Julho;

<sup>2</sup> Resolução aprovada para ratificação pela Assembleia da República n.º 5/91, de 16 de outubro de 1990 (Convenção de Granada de 1985);

<sup>3</sup> Convenção de Malta de 1992, aprovada para ratificação pela Assembleia da República a 9 de outubro de 1997;

<sup>4</sup> Florença, 20 de outubro de 2000, aprovado pelo Decreto n.º 4/2005 de 14 de fevereiro;

<sup>5</sup> Convenção de Faro, de 2005, aprovada pela resolução da Assembleia da República n.º 47/2008 de 18 de Julho;

### Quadro de Referência Estratégico

Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede (PO PN SSM)
Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul do Boquilobo (PO RNPB)
Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PO PNSACV)
Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha (PO RNLSAS)
Plano de Ordenamento do Monumento Natural das Portas de Ródão (POMNPR)
Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo (PORNET)
Estratégia de Especialização Inteligente para o Alentejo (EEIA)
Estratégia de Desenvolvimento Regional

**Quadro 2.2 - Fatores Críticos para a Decisão: descrição e critérios de avaliação e indicadores preliminares para a AAE do POR Alentejo**

FCD	Pertinência	Crítérios de Avaliação
<b>Competitividade e Sistema Produtivo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar o contributo do POR Alentejo para a promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, com especial foco nas áreas de ecoinovação e valorização dos recursos naturais;</li> <li>- Avaliar o contributo do POR Alentejo para o investimento das empresas em I&amp;D, bem como para o desenvolvimento de sinergias com centros de I&amp;D e o ensino superior;</li> <li>- Avaliar o contributo do POR Alentejo para a capacitação das PME para o mercado externo, para a procura de novos mercados e para a dinamização do setor exportador</li> <li>- Avaliar o contributo do POR Alentejo para a criação de novas empresas e áreas de negócio, com especial foco nos setores da agricultura, pesca, agro-indústria, atividades do sistema de montado, o cluster da Pedra Natural e as fileiras produtivas de base florestal e natural.</li> <li>- Avaliar o contributo do POR Alentejo para o desenvolvimento de um modelo de competitividade que promova o aproveitamento e valorização dos recursos produtivos endógenos.</li> </ul>	<p><b>Sistema de I&amp;D&amp;I:</b> De que forma o POR promove a criação de sinergias entre o setor privado, os centros de I&amp;D&amp;I e o ensino superior, bem como o desenvolvimento de projetos de valorização económica e transferência de I&amp;DT, de modo a promover a criação de valor e a otimização sustentada da produtividade?</p> <p><b>Produtividade, diferenciação e internacionalização:</b> De que forma contribui o POR para a criação de empresas associadas aos setores do turismo sustentável, economia de mar, agricultura, agro-indústria, atividades do sistema de montado, o <i>cluster</i> da Pedra Natural e as fileiras produtivas de base florestal e natural, bem como para a produção de bens e serviços regionais diferenciadores no domínio do uso, gestão e valorização de recursos endógenos, que se traduzam em oportunidades de internacionalização?</p> <p><b>Dinamização da base produtiva:</b> De que forma contribui o POR para a promoção de iniciativas locais de dinamização das atividades económicas associadas aos recursos naturais e culturais?</p> <p><b>Competitividade económica:</b> De que forma contribui o POR para o aumento da capacidade competitividade e adaptação das empresas, dos trabalhadores e dos empresários aos processos de mudança e inovação?</p>
	<b>Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar o contributo do POR Alentejo para atrair e fixar população e diminuir o ritmo de envelhecimento demográfico bem como o despovoamento, especialmente nas áreas rurais;</li> <li>- Avaliar o contributo do POR Alentejo para o aumento dos níveis de qualificação escolar e o reforço das competências profissionais bem como para a diminuição do abandono escolar;</li> <li>- Avaliar o contributo do POR Alentejo para melhorar as respostas sociais ao nível da saúde e apoio social bem como a integração dos grupos sociais mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social;</li> <li>- Avaliar de que forma o POR Alentejo contribui para a inclusão ativa dos idosos;</li> <li>- Avaliar o contributo do POR Alentejo para a inclusão dos desempregados no</li> </ul>

FCD	Pertinência	Crítérios de Avaliação
	mercado de trabalho e a promoção do emprego.	
<b>Energia</b>	Avaliar o contributo do POR Alentejo para a redução do consumo de fontes fósseis de energia, aproveitamento eficiente de recursos energético endógenos, bem como fontes de energia renováveis e limpas, e implementação de soluções que promovam a mobilidade urbana sustentável.	<p><b>Recursos Energéticos:</b> De que forma o POR contribui para a o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos como fontes de energia alternativa?</p> <p><b>Eficiência Energética:</b> De que forma o POR contribui para a redução do consumo de energia nos vários sectores de atividade?</p> <p><b>Mobilidade Urbana Sustentável:</b> O POR promove a implementação de meios de mobilidade urbana sustentáveis?</p>
<b>Qualificação Territorial e Identidade Regional</b>	Avaliar o contributo do POR Alentejo para a melhoria das condições de habitabilidade, bem como a manutenção da qualidade e especificidades do ambiente urbano e paisagem identitária da região e da relação urbano-rural	<p><b>Qualificação do Edificado e Identidade:</b> O POR promove a conservação e regeneração urbana do edificado, e a reabilitação ou requalificação de zonas industriais degradadas ou abandonadas, e uma coesão e transversalidade do edificado e paisagem urbana na relação urbano-rural?</p> <p><b>Requalificação ambiental:</b> O POR promove a preservação e melhoria das condições ambientais dos espaços abertos e paisagem?</p>
<b>Recursos Naturais</b>	Avaliar o contributo do POR Alentejo para a proteção e utilização sustentável dos recursos naturais;	<p><b>Solo:</b> O POR Alentejo promove a proteção e reabilitação dos solos, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental?</p> <p><b>Recursos geológicos:</b> O POR Alentejo promove a exploração e uso sustentável dos recursos geológicos presentes?</p> <p><b>Recursos Hídricos:</b> O POR Alentejo promove a utilização sustentável dos recursos hídricos existentes?</p>
	Avaliar o contributo do POR Alentejo para a promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes	<p><b>Biodiversidade e ecossistemas:</b> o POR Alentejo promove a recuperação proteção da biodiversidade e a promoção de serviços ligados a ecossistemas?</p>
<b>Paisagem e Património</b>	Avaliar o contributo do POR Alentejo para a proteção e valorização da paisagem e património natural e cultural;	<p><b>Paisagem:</b> O POR Alentejo promove a valorização da identidade da paisagem presente?</p> <p><b>Património:</b> O POR Alentejo promove a recuperação, regeneração e viabilização do património natural e cultural?</p>
<b>Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos</b>	Avaliar de que forma o POR Alentejo tem em consideração os princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas.	<p><b>Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas:</b> Qual o contributo do POR Alentejo para a capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas, nomeadamente no que concerne aos fenómenos extremos (e.g. secas e cheias) e consequente agravamento de problemas associados à disponibilidade de água (e.g. desertificação, escassez de água) assegurando a devida articulação com o respetivo POR temático?</p>
	Avaliar o contributo do POR Alentejo no que se refere aos seus Objetivos Temáticos e Específicos relativamente à internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos.	<p><b>Riscos naturais:</b> De que forma a estratégia adotada pelo POR Alentejo contribui para a redução dos riscos naturais (e.g. risco de desertificação, risco de cheia, risco de erosão, risco de erosão costeira, risco sísmico), assegurando a devida articulação com o respetivo PO temático?</p> <p><b>Riscos Tecnológicos:</b> De que forma a estratégia adotada pelo POR Alentejo contribui para a redução dos riscos tecnológicos (e.g. risco de rutura de barragens, risco de acidentes industriais), assegurando a devida articulação com o respetivo PO temático?</p> <p><b>Riscos Mistos:</b> De que forma as estratégias e objetivos adotados pelo POR Alentejo contribui para a redução dos riscos mistos (e.g. risco de acidente de poluição, risco de incêndio), assegurando a devida articulação com o respetivo PO temático?</p>

Por sua vez, e após a seleção das diferentes alternativas a adotar, a análise mais pormenorizada da proposta de Programa foi desenvolvida por FCD (Figura 2.2), o que permitiu condensar a avaliação estratégica de efeitos através:

- Da avaliação da situação existente;
- Das tendências de evolução na ausência de implementação da elaboração do POR Alentejo;
- Da avaliação das linhas estruturantes preconizadas no plano, para os diferentes objetivos temáticos e específicos propostos, em termos de efeitos negativos e positivos para a sustentabilidade;
- Da definição de objetivos, indicadores e a elaboração de recomendações para a fase de gestão e monitorização estratégica da elaboração do POR Alentejo.

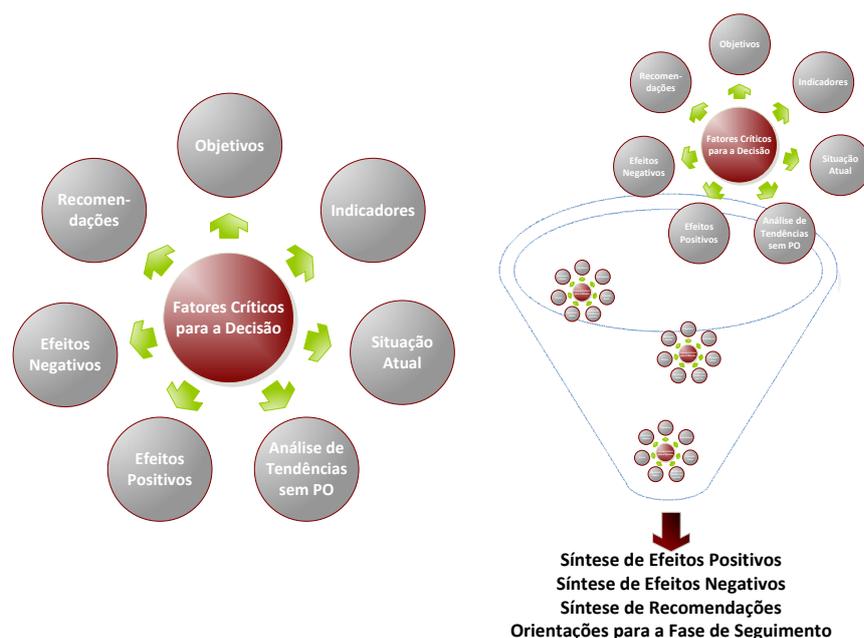


Figura 2.2 - Desenvolvimento do Relatório Ambiental em torno dos Fatores Críticos para a Decisão

### **3. QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO E QUE TERRITÓRIO ABRANGE?**

#### **3.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO**

No âmbito da programação financeira da Política de Coesão da União Europeia para 2014 – 2020, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo), incumbida pelo Governo de Portugal, está a conduzir o seu processo de preparação regional da programação do novo ciclo de fundos comunitários, para o período 2014/2020.

O Plano de Ação Regional – Alentejo 2020 (PAR – Alentejo 2020) constitui-se o documento de orientação estratégica para o desenvolvimento da Região do Alentejo e, tal como referido no próprio documento, “deve ser entendido como um quadro de referência para:

- (i) a identificação de prioridades estratégicas de intervenção por parte dos atores regionais (públicos, associativos e privados);
- (ii) a integração regionalmente estruturada de opções estratégicas de intervenção subregionais, a estruturar no âmbito dos respetivos instrumentos estratégicos de desenvolvimento e programação;
- (iii) a coordenação regional das diferentes políticas públicas de natureza setorial, horizontal ou territorial; e
- (iv) o acesso orientado a recursos de financiamento com origem nos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.”

Importa considerar que o PAR - Alentejo 2020 tem por finalidade formular a Visão Estratégica, as Linhas estruturantes de desenvolvimento regional, as Prioridades de intervenção no enquadramento da Estratégia Europa 2020, bem como a relação que essas Prioridades estabelecem com as Prioridades e Objetivos temáticos da Estratégia Europa 2020 e as Prioridades de financiamento dos diversos Fundos Estruturais.

Assim, a Visão Estratégica de Desenvolvimento para o Alentejo é: “Um Alentejo com capital simbólico e identidade distintiva, num território dotado de recursos materiais, de conhecimento e competências e de amenidades, aberto para o mundo e capaz de construir uma base económica renovada sobre a sua mais-valia ambiental, atraindo residentes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social.”

No âmbito do PAR - Alentejo 2020 foram delineadas iniciativas-âncora de suporte às Prioridades de Intervenção Regional, que procuram responder a problemáticas-chave do desenvolvimento regional: 1. Sistema Regional de Inovação; 2. Qualificação e Promoção de infraestruturas económicas e de suporte Logístico; 3. Economia do Mar; 4. Agricultura de Regadio; 5. Plataforma Logística Agroalimentar; 6. Turismo Alentejo e Ribatejo; 7. Património e Cultura; 8. Economia Verde; 9. Áreas Protegidas; 10. Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade; 11. Sistema Urbano Policêntrico; 12. Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social; 13. Economia Social.

Para além deste plano, o processo de preparação regional da programação do novo ciclo de fundos comunitários inclui também a Estratégia de Especialização Inteligente Regional, atualmente em elaboração, e cujo objetivo é a utilização dos Fundos Estruturais de forma mais eficiente e que as sinergias entre investimentos e políticas possam ser intensificadas, possibilitando uma transformação

estrutural baseada na competitividade e na especialização da economia em espaços múltiplos e inter-relacionados ao nível da Região do Alentejo.

Por último, o processo de preparação inclui um terceiro pilar, o Programa Operacional (PO), documento de caráter estratégico e financeiro e com relevância direta para o potencial de concretização das operações a candidatar pelos promotores regionais.

Assim, tendo em consideração as iniciativas-âncora delineadas foram selecionados os Objetivos Temáticos da Política de Coesão. Para cada Objetivo Temático (que correspondem aos objetivos definidos no artigo 9.º do Regulamento das Disposições Comuns, que visam assegurar o alinhamento dos Programas Operacionais com a estratégia Europa 2020) e Prioridade de Investimento selecionados foram ainda definidos Objetivos Específicos, conforme apresentado no Quadro 43.1.

**Quadro 3.1 - Objetivos Temáticos, Prioridades de Investimento e Objetivos Específicos do POR Alentejo**  
Fonte: Programa Operacional Regional do Alentejo

Objetivo Temático	Prioridades de Investimento	Objetivos Específicos
OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	1.1. Reforço da infraestrutura e das capacidades de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu	1.1.1 Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização
		1.1.2 Reforçar a inserção das infraestruturas de investigação nas redes internacionais de I&D, no quadro da estruturação, reorganização e aumento da eficácia e eficiência da rede nacional de infraestruturas de investigação
		1.1.3 Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo uma maior eficácia no sistema nacional de I&I e a criação de valor.
OT2. Melhorar o acesso às TIC bem como a sua utilização e qualidade	1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, <i>clusters</i> e inovação aberta através de especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral	1.2.1 Aumentar o investimento empresarial em I&I, reforçando a ligação entre as empresas e as entidades do sistema nacional de I&I e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseada na inovação
		1.2.2 Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação, que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor (clusterização)
		1.2.3 Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a alteração do perfil produtivo do tecido económico
OT3. Reforçar a competitividade das PME	2.3 Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	2.3.1 Reforçar a disponibilidade de serviços em rede por parte da administração e serviços públicos, contribuindo para uma melhoria do desempenho das funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos
		2.3.2 Melhorar a eficiência interna e a capacidade institucional da Administração Pública, enquanto elementos de suporte à implementação de melhores respostas às necessidades de cidadãos e empresas
	3.1. Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente	3.1.1 Promover o empreendedorismo qualificado e criativo

Objetivo Temático	Prioridades de Investimento	Objetivos Específicos
OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os sectores	através de viveiros de empresas	
	3.2. Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	3.2.1 Reforçar a capacitação empresarial para a Internacionalização, promovendo o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal
	3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	3.3.1 Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços
	4.2. Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas	4.2.1 Aumento da eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos.
	4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	4.3.1 Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas no âmbito da administração local, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos 4.3.2 Aumentar a eficiência energética no sector habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social
	4.5. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção de mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	4.5.1 Estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO <sub>2</sub> e promover a descarbonização da economia e da sociedade, apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, medidas de sequestro de carbono e novos padrões de consumo energético.
OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover dos recursos	6.3. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural	6.3.1 Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência
	6.4. A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e infraestruturas verdes	6.4.1 Gestão, ordenamento e promoção do conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos
	6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar a qualidade do ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar as zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução do ruído	6.5.1 Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo
OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	7.2. A melhoria da mobilidade regional, com a ligação dos nós secundários e terciários à infraestruturas da RTE- T	7.2.1 Eliminação de constrangimentos nas ligações dos nós secundários e terciários da rede de transportes à rede principal, promovendo a ligação, articulação, interoperabilidade e intermodalidade com as RTE-Transportes, com vista à promoção a competitividade das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e a movimentação de pessoas e bens ao nível local e regional
OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	8.1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	8.1.1 Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, como contributo para elevar as competências empresariais em I&I e intensificar as interações entre empresas e as outras entidades do sistema nacional de I&I 8.1.2 Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho
		8.1.3 Melhorar o ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, através da mobilidade geográfica dos trabalhadores

Objetivo Temático	Prioridades de Investimento	Objetivos Específicos
	8.3. Criação de emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.	8.3.1 Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego e de dinamização do empreendedorismo social
	8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (incluindo o financiamento da componente FSE de projetos apoiados no âmbito dos OT 1 e 3)	8.5.1 Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão, assim como dos ativos das empresas apoiadas em temáticas associadas à inovação e à mudança
	8.8. A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e do apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	8.8.1 Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego e dinamizar o empreendedorismo social
	8.9. A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade	8.9.1 Assegurar a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade, através da dinamização de estratégias específicas 8.9.2 Promoção da valorização económica do Alentejo através do aproveitamento do potencial endógeno associado ao EFMA (Empreendimento dos Fins Múltiplos de Alqueva)
OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhorar a empregabilidade	9.1.1 Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa 9.1.2 Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural
	9.6. Investimento no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	9.6.1 Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais
	9.7. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria de acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	9.7.1 Qualificar e adaptar a rede regional de equipamentos e melhorar a oferta de serviços, nas áreas do apoio social e da saúde, adaptando-os às necessidades existentes
	9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	9.8.1 Promover a inclusão social em territórios urbanos e rurais desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social
	9.10 Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	9.10.1 Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais
OT10. Investir na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	10.1.1 Melhorar o sucesso escolar no ensino básico 10.1.2 Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário 10.1.3 Melhorar a qualidade do sistema de educação e formação com enfoque em medidas específicas e medidas inovadoras, de âmbito regional, no âmbito da Prioridade de Investimento
	10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do	10.2.1 Aumentar o número de diplomados do ensino

Objetivo Temático	Prioridades de Investimento	Objetivos Específicos
	<p>ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações particularmente para grupos desfavorecidos.</p> <p>10.4. Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem</p> <p>10.5. Investimentos na educação na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas</p>	<p>superior, diferenciando os ciclos curto e de licenciatura</p> <p>10.2.2 Aumentar o número de mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos (inseridos em estratégias regionais RIS3) visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação</p> <p>10.4.1 Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de pós-secundário, de cariz profissionalizante que favoreçam a transição qualificada da escola para a vida ativa</p> <p>10.5.1 Reforçar a capacidade de oferta da educação pré-escolar, colmatando situações deficitárias nos territórios</p> <p>10.5.2 Dotar as redes do ensino básico, secundário e superior e as redes de infraestruturas de formação profissional das condições que aumentem a qualidade dos processos de aprendizagem e do ajustamento com o mercado de trabalho</p>
<p>OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública</p>	<p>11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem</p> <p>11.2 Criação de capacidade para os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos sectoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local</p>	<p>11.1.1 Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer da formação dos trabalhadores em funções públicas</p> <p>11.2.1 Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial</p>

Importa referir, por último, que segundo os Objetivos Temáticos definidos ao nível europeu para os Programas Operacionais do período 2014-2020 (artigo 9.º do Regulamento de Disposições Comuns) foram estruturados eixos prioritários, cuja correspondência direta com os Objetivos Temáticos é apresentada no Quadro 3.2.

**Quadro 3.2 - Objetivos Temáticos e Eixos Prioritários (Fonte: Programa Operacional Regional do Alentejo)**

Objetivo Temático	Eixo Prioritário
OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	Eixo Prioritário 3 – Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
OT2. Melhorar o acesso às TIC bem como a sua utilização e qualidade	Eixo Prioritário 9 – Capacitação Institucional e Modernização Administrativa
OT3. Reforçar a competitividade das PME	Eixo Prioritário 1 – Reforçar a competitividade das PME
OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os sectores	Eixo 7 – Eficiência Energética e Mobilidade
OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	Eixo 8 – Ambiente e Sustentabilidade
OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os	Eixo Prioritário 4 – Acessibilidades para a Competitividade

Objetivo Temático	Eixo Prioritário
estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	
OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	
OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	
OT10. Investir na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	
OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	Eixo Prioritário 9– Capacitação Institucional e Modernização Administrativa

Assim, o objeto de avaliação ambiental estratégica será o POR Alentejo, materializado nos respetivos Objetivos Temáticos (Eixos Prioritários) e Objetivos Específicos e Ações no âmbito de cada uma das Prioridades de Investimento definidas, sempre que necessário e adequado (com especial enfoque na análise do grau de sustentabilidade do seu quadro de referência relativamente às opções e objetivos a alcançar no que se refere à programação e concretização das políticas de desenvolvimento ambiental, económico e social).

O estabelecimento do quadro de governança no âmbito da elaboração do POR Alentejo pretende identificar e articular os interesses, recursos e ações da responsabilidade de cada instituição interveniente na AAE e em todo o processo de implementação do Programa, constituindo um elemento promotor da sua eficiência e monitorização. No entanto, apesar de nesta fase do processo de programação não existir uma definição clara sobre a estrutura da governação do POR, a estrutura do Quadro de Governança para a Ação (QGA) deve estar plenamente integrada com a estrutura de governação que vier a ser definida para o POR (Comissão de Acompanhamento, Comissão Executiva, ...).

Para além disso, e de acordo com os princípios da Comissão Europeia relativa à “Governança Europeia – Um Livro Branco” [COM (2001) 428 final – Jornal Oficial C 287 de 12.10.2001], a governança permite aproximar os cidadãos das instituições, salientando-se os cinco princípios cumulativos que estão na base de uma boa governança:

- Abertura: transparência e comunicação das decisões;
- Participação: envolvimento dos cidadãos na elaboração e aplicação das políticas;
- Responsabilização: clarificação do papel de cada interveniente no processo de decisão e a consequente aplicação das suas atribuições;
- Eficácia: decisões tomadas no momento e a um nível adequado;
- Coerência: articulação entre as diversas políticas praticadas.

O Quadro 3.3 identifica as entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades específicas, são suscetíveis de interessar os efeitos resultantes da aplicação do POR Alentejo e/ou têm participação direta ou indireta na operacionalização, monitorização e gestão das apostas estratégicas previstas no Programa Operacional.

**Quadro 3.3 – Quadro de Governança para a Ação no âmbito da elaboração POR Alentejo**

Entidades	Competências das entidades
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Autoridade de gestão.</li> </ul>

Entidades	Competências das entidades
<b>Regional do Alentejo (CCDR Alentejo) – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (ADC, I.P.)</b>	
<b>Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (Agência, I.P.)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Autoridade de certificação, quando aplicável;</li> <li>▪ Coordenação técnica dos fundos comunitários.</li> </ul>
<b>Inspeção Geral das Finanças (IGF)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Autoridade de auditoria.</li> </ul>
<b>Agência Portuguesa de Ambiente (APA)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acompanhar a execução das políticas de ambiente;</li> <li>▪ Prevenir e controlar da poluição;</li> <li>▪ Prevenir os riscos associados a acidentes industriais graves;</li> <li>▪ Elaborar e adotar quadros de referência para a gestão dos riscos tecnológicos nos instrumentos de gestão territorial;</li> <li>▪ Desenvolver e acompanhar a execução das políticas de educação ambiental;</li> <li>▪ Acompanhar a execução do POR Alentejo.</li> </ul>
<b>Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Gestão sustentável das espécies e habitats;</li> <li>▪ Proteger e valorizar as zonas protegidas;</li> <li>▪ Acompanhar a execução do POR Alentejo.</li> </ul>
<b>Direção Geral do Património Cultural (DGPC)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Gestão, salvaguarda, conservação e valorização dos bens que integrem o património cultural;</li> <li>▪ Acompanhar a execução do POR Alentejo.</li> </ul>
<b>Administração Pública (p.e. Direções Regionais ou equiparadas)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Supervisionar os projetos aprovados no âmbito do POR Alentejo e avaliar a sua pertinência e relevância para o cumprimento dos objetivos e metas estratégicas nacionais em matéria de qualificação e requalificação urbanística, energia e mobilidade sustentável;</li> <li>▪ Operacionalizar candidaturas e projetos dentro do âmbito do POR Alentejo;</li> <li>▪ Informar e disponibilizar dados sobre grau de execução dos projetos no âmbito da fase de monitorização do Plano e seguimento da AAE.</li> </ul>
<b>Administração Local (p.e. autarquias, associações de municípios, comunidades intermunicipais e empresas municipais)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Operacionalizar candidaturas e projetos dentro do âmbito do POR Alentejo;</li> <li>▪ Informar e disponibilizar dados sobre grau de execução dos projetos no âmbito da fase de monitorização do Plano e seguimento da AAE.</li> </ul>
<b>Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Supervisionar os projetos aprovados no âmbito do POR Alentejo e avaliar a sua pertinência e relevância para o cumprimento dos objetivos e metas estratégicas nacionais em matéria de energia;</li> <li>▪ Informar e disponibilizar dados sobre grau de execução dos projetos no âmbito da fase de monitorização do Plano e seguimento da AAE.</li> </ul>
<b>Direção Geral do Território (DGT)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acompanhar a execução das políticas de OT, com particular incidência na elaboração dos quadros de referência para a prevenção e redução de riscos, decorrentes do Plano Sectorial de prevenção e redução de Riscos (PSPRR).</li> </ul>
<b>EDIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Operacionalizar e/ou supervisionar projetos aprovados no âmbito do POR Alentejo e avaliar a sua pertinência e relevância para o cumprimento dos objetivos e metas estratégicas nacionais em matéria de sustentabilidade e eficiência energética;</li> <li>▪ Informar e disponibilizar dados sobre grau de execução dos projetos no âmbito da fase de monitorização do Plano e seguimento da AAE.</li> </ul>
<b>Agências Regionais de Energia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Operacionalizar e/ou supervisionar projetos aprovados no âmbito do POR Alentejo e avaliar a sua pertinência e relevância para o cumprimento dos objetivos e metas estratégicas nacionais em matéria de sustentabilidade e eficiência energética;</li> <li>▪ Informar e disponibilizar dados sobre grau de execução dos projetos no âmbito da fase de monitorização do Plano e seguimento da AAE.</li> </ul>
<b>Empresas públicas ou privadas de transportes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Supervisionar os projetos aprovados no âmbito do POR Alentejo e avaliar a sua pertinência e relevância para o cumprimento dos objetivos e metas estratégicas nacionais em matéria de transportes públicos;</li> <li>▪ Informar e disponibilizar dados sobre grau de execução dos projetos no âmbito da fase de monitorização do Plano e seguimento da AAE.</li> </ul>



SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo											Observações/ Síntese	
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11			
como com as rotas marítimas mundiais e ligações com África, América e Europa													
Boa cobertura territorial de Instituições de ensino superior, de investigação, de formação e qualificação profissional e capacidade de investigação e de transferência de resultados, designadamente nos sectores económicos identificados na Estratégia Regional de Especialização Inteligente (Complexo Agroalimentar e Florestal; Património e Cultura; Ambiente e Recursos Naturais; Energias Renováveis; Mobilidade, Aeronáutica e TIC; e Economia Social);	■												--
Potencial de internacionalização que conta com o Complexo de Sines, os recursos minerais (mármore, granitos e minerais metálicos) e o Complexo Agro-Florestal (Alqueva e outros regadios e produção de cortiça);			■										--
Diversidade de recursos de património natural, paisagístico e cultural e condições privilegiadas para atividades competitivas e de interesse estratégico, associadas ao sistema cultural mediterrânico e às atividades agrícola e agroindustrial, pecuária e florestal, geológica e mineira, turística e energética;			■			■							--
Existência de uma facha costeira com elevado potencial ao nível dos usos e atividades de recreio, turismo sustentável, pesca aquicultura	■		■			■							--
<b>Oportunidades</b>													
Estratégias nacionais e europeias direcionadas para o investimento em I&DT, com especial foco na ecoinovação e ecoeficiência;					■								--
Oportunidade para desenvolver novas atividades económicas assentes na valorização dos recursos naturais endógenos, nomeadamente a produção de energia, biotecnologia, investigação e exploração de novas alternativas no domínio da agricultura, produção animal, silvicultura, montado, agroalimentação, recursos minerais, pesca, turismo da natureza, atividades de recreio e lazer, turismo costeiro e associado ao bem-estar;	■												--
Oportunidade para consolidar a rede de transporte multi e intermodal sobretudo a consolidação do eixo rodoferroviário, contribuindo para a maior eficiência do transporte de mercadorias e para o aumento da atratividade empresarial e da capacidade de internacionalização;				■			■						--
Oportunidade para criar sinergias e novas dinâmicas empresariais em sectores de atividade como a energia renovável, aeronáutica, economia do mar, agricultura, agroindustrial e economia verde;			■	■									--
Oportunidade para criar serviços associados à indústria aeronáutica com potencial de dinamização e complementaridade com outras atividades utilizadoras de mão-de-obra qualificada e de efeitos de aglomeração, nomeadamente com a indústria automóvel, a eletrónica e o desenvolvimento de novos materiais;			■										--
Oportunidade para consolidar o Sistema Regional de Transferência de Tecnologia, sobretudo no que refere a conhecimentos e inovações que podem contribuir para o aumento da ecoeficiência das empresas, bem como para a criação de novos produtos assentes na valorização dos recursos naturais.	■												--
<b>Ameaças</b>													

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo											Observações/ Síntese	
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11			
Dificuldade em implementar práticas agrícolas inovadoras, adequadas à preservação dos recursos naturais, conjugadas com os desafios ambientais que se colocam, nomeadamente a adaptação às alterações climáticas													--
Escassez de mão-de-obra qualificada, associada à falta de capacidade da adaptação das empresas e ativos às mudanças e desafios económicos atuais;													--

**Objetivos Temáticos:** OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT2. Melhorar o acesso às TIC bem com a sua utilização e qualidade; OT3. Reforçar a competitividade das PME; OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os sectores; OT6 Proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos; OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; OT8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral; OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; OT10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida; OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública eficiente.

#### 4.1.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM A ELABORAÇÃO DO POR ALENTEJO

Neste ponto analisam-se as perspetivas de evolução da área de intervenção na ausência da implementação do POR Alentejo, de modo a subsidiar os pontos seguintes, fornecendo um quadro de diagnóstico com base no qual se realizará a avaliação dos efeitos identificados. Neste sentido, na ausência de implementação do POR Alentejo é expectável que os fatores analisados no FCD “Competitividade e Sistema Produtivo” sofram um maior afastamento dos objetivos e das metas definidas pela União Europeia e pelo Estado Português, com especial foco para o decréscimo das atividades de I&D, da ecoinovação, da criação de novos produtos e processos mais eficientes, sustentáveis e ecoeficientes, bem como a degradação das relações de cooperação entre as entidades promotoras de investigação científica e tecnológica e o tecido produtivo regional.

Por outro lado, a ausência de implementação do POR Alentejo poderá contribuir para a redução do número de empresas, sobretudo, as associadas à valorização económica de recursos naturais e aos setores de alta e média alta tecnologia, devido aos seus constrangimentos financeiros que contribuem para a reduzida capacidade de internacionalização e competitividade, bem como o baixo desenvolvimento de produtos e serviços transacionáveis.

Poderá ainda verificar-se um decréscimo das iniciativas que contribuem para a valorização económica da base produtiva regional, dos setores tradicionais, do património ambiental, cultural e edificado, contribuindo para o agravamento das condições de vida nos territórios de baixa densidade.

## 4.2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CAPACITAÇÃO HUMANA E INCLUSÃO ATIVA

### 4.2.1 SITUAÇÃO ATUAL

A análise aprofundada ao domínio do Desenvolvimento Social, Capacitação Humana e Inclusão Social, permitiu elaborar uma matriz SWOT da situação atual e analisar quais serão as principais tendências de evolução com a implementação do POR, por Objetivo Temático – Quadro 4.2.1.

**Quadro 4.2.1 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD “Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa”, no POR Alentejo**

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo											Observações/ Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11		
<b>Pontos Fracos</b>												
Envelhecimento populacional e reduzida disponibilidade de população em idade ativa												
Despovoação fora dos aglomerados principais												
Percentagem significativa de população isolada												
Elevada taxa de desemprego												
Aumento do número de beneficiários de RSI												
Elevado número de desempregados jovens												
<b>Pontos Fortes</b>												
Cidades médias com qualidade de vida (Évora, Beja, Santarém)												
Existência de instituições de ensino com cursos relacionados com o ambiente												
<b>Oportunidades</b>												
Instrumentos financeiros de apoio à fixação da população												
Aumento do número de iniciativas e programas de apoio e incentivo ao repovoamento rural												
Aposta no ensino técnico e na articulação dos sistemas de ensino e formação profissional												
<b>Ameaças</b>												
Fraca capacidade de regeneração da população												
Dificuldade em mobilizar a população para os meios rurais												
Crescimento do desemprego a nível nacional												

**Objetivos Temáticos:** OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT2. Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade. OT3. Reforçar a competitividade das PME; OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores; OT6. Proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos; OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; OT8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral; OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza; OT10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida; OT11. Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente.

### 4.2.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM A ELABORAÇÃO DO POR ALENTEJO

Sem o POR Alentejo a adaptação ao contexto recente ficaria comprometida. Encontram-se em fase de implementação diversos planos e programas que contribuem de forma positiva para o desenvolvimento social, nomeadamente a ENDS 2015, o PNPOT, o PANCD, os planos especiais de

ordenamento do território e os planos municipais. Estes documentos apontam para uma aposta no investimento que permita melhorar a situação regional. No entanto, sem o POR Alentejo será mais difícil assegurar os recursos necessários para atingir as metas propostas, quer nos referidos referenciais, quer das estratégias europeias.

Neste contexto, é possível o aumento dos problemas associados ao envelhecimento da população e à redução da taxa de natalidade, ao desemprego, à pobreza e à exclusão social. Do mesmo modo, agravaria o problema de despovoamento, que afeta grande porção do território regional, com implicações no aumento do risco de degradação ambiental e redução da qualidade de vida da população residente. Agravaria também a prestação de apoio social aos grupos mais vulneráveis, como os idosos e os deficientes.

Apesar das melhorias significativas na educação e escolaridade da população bem como no número de investimentos de serviços de proximidade territorial (saúde, educação, comunicação,..), de acordo com o diagnóstico, é ainda necessário algumas intervenções a este nível. E na ausência do POR, a tendência positiva que se tem registado nos últimos anos irá ser prejudicada. Além disso, uma população instruída reforça a relação entre o homem e a natureza, tendo em consideração que terá uma maior consciência crítica sobre os problemas ambientais.

## 4.3. ENERGIA

### 4.3.1 SITUAÇÃO ATUAL

A análise aprofundada ao domínio da Energia permitiu elaborar uma matriz SWOT da situação atual e analisar quais serão as principais tendências de evolução com a implementação do POR, por Objeto Temático – Quadro 4.3.1.

**Quadro 4.3.1 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD “Energia”, no POR Alentejo**

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo											Observações/ Síntese	
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11			
<b>Pontos Fracos</b>													
- Baixo índice de penetração de fontes de energia alternativas nos transportes públicos e veículos privados.													
- Dificuldade em conseguir reduções contínuas e significativas no consumo de eletricidade nos vários setores de atividade apresentando capitações de consumo superiores à média nacional e incapacidade de dissociação do consumo de energia elétrica da produtividade.													
- Carência de redes e equipamentos de apoio aos modos suaves e insuficiente capacidade de intermodalidade entre estes e os restantes tipos de transporte público disponíveis.													
- Existência de um alargado número de edifícios sem certificação energética, e reduzido número de edifícios com classe energética A ou A+, apesar do crescimento do número de edifícios certificados nos últimos anos.													
<b>Pontos Fortes</b>													
- Estagnação relativa da produção de energia elétrica.													
- Aumento no uso de fontes de energia renováveis na produção de energia elétrica com consequências positivas ao nível da redução do consumo de combustíveis fósseis, da dependência energética do exterior, e da emissão de GEE.													

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo											Observações/ Síntese	
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11			
- Redução generalizada do consumo de combustíveis fósseis, sendo de destacar a redução observada ao nível da indústria, transportes terrestres, construção civil, e agricultura.													
<b>Oportunidades</b>													
- Aposta na utilização de meios de transporte mais ecológicos, através da renovação de frotas que privilegiem a aquisição de veículos energeticamente mais eficientes e a aquisição de veículos elétricos ou movidos a outra fonte energética não fóssil e menos poluente.													
- Reforço da mobilidade sustentável regional através da adoção de boas práticas na mobilidade urbana e implementação de modos suaves e sua articulação com os transportes públicos (intermodalidade).													
- Adoção de medidas de eficiência energética no parque edificado, quer privado como da administração pública, ou habitação social, através do incentivo da certificação energética, o reforço de ações de requalificação do edificado e a introdução de materiais de construção capazes de promover o conforto térmico (p.e. paredes e caixilharia dupla), equipamentos que permitam a redução do consumo energético (p.e. iluminação por tecnologia LED), bem como implementação de FER nos sistemas de climatização e de microgeração de energia.													
- Implementação de boas práticas e melhores tecnologias disponíveis nos setores da indústria de modo a incutir maior eficiência energética nos processos produtivos, promovendo-se a dissociação entre capacidade produtiva e consumo energético e consequentemente a sua competitividade.													
- Reforço das medidas de aquisição de eficiência energética nos edifícios da administração pública e iluminação pública.													
- Alargamento da rede de gás natural a todo o território.													
<b>Ameaças</b>													
- A atual incapacidade de redução significativa do consumo de energia elétrica, e insuficiente promoção da eficiência energética nos setores habitacional, industrial e dos transportes poderá protelar o objetivo de independência energética, diminuir o consumo de recursos energéticos e proporcionar o aumento dos custos ambientais e energéticos prejudicando a competitividade da economia e qualidade de vida dos cidadãos.													
- Incumprimento das metas nacionais e comunitárias em matéria de redução do uso de combustíveis fósseis nos principais setores de atividade, como o setor dos transportes, indústria, agricultura, comércio e serviços, habitação, administração e iluminação pública.													
A atual capacidade de oferta de transportes públicos e insuficiente intermodalidade, bem como a ausência de soluções alternativas de energia para o setor dos transportes e carência de soluções abrangentes de modos suaves, poderá inviabilizar a redução desejada ao nível do consumo de combustíveis fósseis, continuidade das práticas atuais de uso preferencial de veículos privados, prejudicando a qualidade de vida da comunidade e efeitos negativos para o Ambiente, designadamente, ao nível da depleção e recursos naturais e emissão de gases de efeito de estufa.													

**Legenda:**

	Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Elementos insuficientes para avaliar		Não aplicável / sem relação
---	--	---	--	---	--------------------------------------	---	-----------------------------

**Objetivos Temáticos:** OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT2. Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade; OT3. Reforçar a competitividade das PME; OT4. Apoiar a transição para uma

economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores; OT5. Alterações climáticas e riscos; OT6. Proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos; OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; OT8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral; OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza; OT10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida; OT11. Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente.

#### 4.3.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM A ELABORAÇÃO DO POR ALENTEJO

Num cenário de ausência do POR Alentejo, perspetivam-se as seguintes tendências:

- Manutenção de um número considerável de edifícios e atividades com baixos índices de eficiência energética, potenciando consumos elevados de energia primária, com origem maioritariamente em fontes de energia fósseis provenientes do exterior, com prejuízo para a economia e competitividade, bem como para a qualidade de vida e capacidade financeira da população residente.
- Manutenção da tendência de insuficiente capacidade de oferta dos sistemas públicos de transporte com prejuízos para a capacidade de integração e diversificação modal, de deslocação e comunicação e, conseqüentemente, dificuldades acrescidas para a competitividade das atividades económicas e qualidade de vida da população, potenciando o uso de veículos privados e os custos energéticos e ambientais (p.e. emissões GEE, qualidade do ar e ruído).
- Insuficiência infraestrutural, equipamentos ou mobiliário urbano que incentive a mobilidade sustentável e integração de modos suaves com plataformas de transporte público, bem como o pouco significativo uso de fontes alternativas de energia nos meios de transporte.

### 4.4. QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL E IDENTIDADE REGIONAL

#### 4.4.1 SITUAÇÃO ATUAL

A análise aprofundada ao domínio da Qualificação Territorial e Identidade Regional permitiu elaborar uma matriz SWOT da situação atual e analisar quais serão as principais tendências de evolução com a implementação do POR, por Objetivo Temático – Quadro 4.4.1.

**Quadro 4.4.1- Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD “Qualificação Territorial e Identidade Regional”, no POR Alentejo**

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo											Observações/ Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11		
<b>Pontos Fracos</b>												
- Existência de áreas com necessidade de reabilitação urbana, marcadas pela insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos coletivos e dos espaços urbanos e verdes urbanos.												
<b>Pontos Fortes</b>												
- Parque edificado genericamente em bom estado (69%). Existência de 19 mil edifícios (82% deles construídos antes da década de 60) com necessidade de grandes ou muito grandes reparações.												
- A existência de uma reserva estratégica de água												

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo											Observações/ Síntese	
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11			
(EFMA) potencia o desenvolvimento socioeconómico da Região, constituindo-se como uma das mais relevantes infraestruturas existentes de qualificação do território. O desenvolvimento das atividades económicas proporcionado pela existência do EFMA, traz benefícios importantes para a atividade agrícola, turística e disponibilidade de água para abastecimento público e produção de energia.													
<b>Oportunidades</b>													
- Desenvolvimento de intervenções de requalificação do espaço público, de recuperação infraestrutural e energética de edifícios, de reconversão e integração paisagística, de qualificação de espaços exteriores em algumas zonas desfavorecidas, e de mobiliário urbano.													
- A conclusão do Empreendimento para Fins Múltiplos do Alqueva e alargamento da respetiva rede principal e secundária de rega, potenciará de forma significativa as capacidades de produção agrícola na Região.													
<b>Ameaças</b>													
- A manutenção de baixos índices de regeneração do edificado existente, poderá promover a artificialização de áreas naturais, a degradação paisagística, o alargamento da área destinada ao parque edificado, o consumo de matérias-primas ou recursos naturais, e redução das condições de conforto e habitabilidade.													
- Manutenção de ocorrências de contaminação do meio ambiente (solo e recursos hídricos) e degradação paisagística nos locais identificados com passivo ambiental (p.e. áreas industriais degradadas ou abandonadas). Este aspeto suscita também uma ameaça para a saúde e qualidade de vida da população.													
- O aumento da intensidade agrícola em consequência da conclusão do EFMA poderá potenciar o surgimento de situações de poluição difusa, fenómenos de degradação da qualidade da água, ou conflitos entre tipologias de uso, em caso de não serem implementadas boas práticas agrícolas, campanhas de sensibilização para racionalização e uso eficiente de água, ou planos de monitorização de qualidade ambiental pelas entidades gestoras do EFMA e dos consumidores.													Desconhece-se que tipologias de ações e critérios de seleção estão previstos para a manutenção e salvaguarda do estado das massas de água compreendidas pelo EFMA e gestão sustentável das mesmas, no sentido de mitigar pressões ao nível dos parâmetros qualitativos, ecológicos, bem como ao nível das pressões consumptivas em consequência dos potenciais conflitos entre diversas tipologias de uso existentes.

**Legenda:**

	Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Elementos insuficientes para avaliar		Não aplicável / sem relação
---	--	---	--	---	--------------------------------------	---	-----------------------------

**Objetivos Temáticos:** OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT2. Melhorar o acesso às TIC, bem com a sua utilização e qualidade; OT3. Reforçar a competitividade das PME; OT4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os sectores; OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos; OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; OT10. Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição

de competências e a aprendizagem ao longo da vida; OT11. Reforçar a capacidade institucional e garantir uma Administração Pública eficiente

#### 4.4.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM A ELABORAÇÃO DO POR ALENTEJO

Num cenário de ausência do POR Alentejo, perspetivam-se as seguintes tendências:

- Menor capacidade financeira para a realização de ações de reabilitação urbana, subsistindo áreas caracterizadas pela degradação ou obsolescência dos edifícios, infraestruturas urbanísticas, equipamentos sociais, e espaços livres, bem como zonas industriais obsoletas ou em declínio, induzindo efeitos nefastos para a qualidade de vida, economia e ambiente, designadamente através da ocorrência de fenómenos de poluição accidental ou contaminação, degradação paisagística e riscos para a salubridade e saúde humana.
- Manutenção de limitações na gestão da disponibilidade hídrica e estado das massas de água, com consequências negativas desenvolvimento do potencial endógeno regional, principalmente, das atividades dependentes dos recursos hídricos criados pelo EFMA, como a agricultura, turismo, e setor energético.

### 4.5. RECURSOS NATURAIS

#### 4.5.1 SITUAÇÃO ATUAL

A análise aprofundada ao domínio dos Recursos Hídricos permitiu elaborar uma matriz SWOT da situação atual e analisar quais serão as principais tendências de evolução com a implementação do POR, por Objetivo Temático – Quadro 4.5.1.

**Quadro 4.5.1 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do Análise da evolução da situação SWOT com a concretização do POR Alentejo, para o FCD “Recursos Naturais”, no POR Alentejo**

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo											Observações/ Síntese	
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11			
<b>Pontos Fracos</b>													
Condições edafo-climáticas que tem promovido fenómenos de desertificação e conseqüente abandono do território.													
Fragilidade dos ecossistemas e sistemas agro-silvo-pastoris regionais de elevado valor natural, associados a fraca ou mesmo nula compensação pelas perdas de rendimento e serviços ambientais nas áreas Rede Natura 2000 e sistemas de elevado valor natural													
Património natural em risco de degradação irreparável, decorrente da sobre utilização, do abandono ou da ausência de investimentos.													
A existência, nesta região, de algumas das espécies mais ameaçadas da Europa e do Mundo a par de habitats de relevância europeia e mundial.													
Crescente atratividade da zona costeira													
Insuficiente investigação associada a produtos regionais economicamente mais significativos;													
Exploração considerável (potencial) dos recursos naturais presentes, com eventuais prejuízos ambientais como: produtos													

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo											Observações/ Síntese	
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11			
petrolíferos, rochas ornamentais, biocombustíveis, energias renováveis, sulfuretos polimetálicos, água; floresta e recursos cinegéticos													
<b>Pontos Fortes</b>													
Condições edafo-climáticas que propiciam circunstâncias ímpares para a obtenção de boas produções agrícolas, pecuárias e florestais competitivas e integradas, ou não, em sistemas de produção tradicionais, nomeadamente, montado, cortiça, vinha, olival e pecuária extensiva, hortofrutícolas, culturas bioenergéticas													
Existência de uma boa cobertura regional de áreas protegidas e classificadas, pressupondo um elevado grau de preservação ambiental													
Identidade dos espaços rurais sustentada pela valorização de sistemas multifuncionais mediterrâneos e pela capacidade de adaptação do sistema produtivo face às oportunidades de mercado.													
- Existência áreas florestais significativas que apresentam grande potencial para a produção de cortiça, para a exploração da silvo-pastorícia e dos produtos não lenhosos, para o desenvolvimento da atividade cinegética e para recreio e lazer													
Extensa fachada atlântica com elevado valor costeiro e marinho, com potencial para usos e atividades de recreio e lazer, transportes e logística, conservação da natureza e biodiversidade, pescas e aquicultura.													
Existência de sistemas aquíferos com importância regional e local, com elevado potencial para suprir necessidades de fornecimento de água, constituindo uma importante reserva estratégica de água;													
Existência de instrumentos de ordenamento promotores de uma proteção mais eficaz das zonas ecologicamente mais sensíveis.													
Capacidade de investigação e de transferência de resultados em alguns setores económicos, nomeadamente na agricultura e pecuária nas indústrias agroalimentares, no montado/ cortiça, nas pirites e nas rochas ornamentais													
<b>Oportunidades</b>													
Assegurar a gestão sustentável dos recursos naturais disponíveis, salvaguardando e promovendo a incorporação de boas práticas													
Promover a exploração sustentável dos recursos, através da diversificação das atividades que garantam a manutenção dos postos de trabalho e evitem a sobre-exploração das espécies.													
Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas presentes relacionados quer com a capacidade produtiva quer com a proteção e conservação da natureza, promovendo a valorização dos serviços prestadas por estes (ex: floresta, recursos hídricos)													
Perspetivas de afetação de espaços florestais aos mercados emergentes do carbono e da biodiversidade													
Estimular o desenvolvimento de atividades de I&D diretamente relacionadas com as potencialidades dos recursos de pesca regionais e a sua aplicação empresarial													
Introdução de melhorias acentuadas no processo produtivo através da incorporação de tecnologias inovadoras que garantam a utilização eficiente dos recursos.													
Elaboração (conclusão ou revisão) de instrumentos de gestão e ordenamento das áreas relevantes para a conservação e proteção da natureza													
Afirmação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva													

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo											Observações/ Síntese
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11		
(EFMA), enquanto projeto multissetorial, capaz de impulsionar novas dinâmicas nas atividades agrícola e agro-industrial, energética e turística.												
<b>Ameaças</b>												
Fragilidades relacionadas com a prevenção e gestão de riscos abióticos.												
Prolongamento da degradação dos ecossistemas naturais e do seu potencial de conservação e aproveitamento económico, em resultado de fatores como a desflorestação e a utilização de práticas agrícolas não adequadas à preservação dos recursos (solo e água), conjugadas com condições climáticas crescentemente adversas.												
Conflitualidade de ocupações e usos, com forte pressão sobre áreas fundamentais para o funcionamento dos sistemas ecológicos, prestação de serviços ambientais, prevenção e minimização de riscos, e aproveitamento produtivo do solo.												
Ausência de gestão de espaços florestais e de gestão de espaços agrícolas e silvopastoris adjacentes, motivados pelo declínio da população rural e suas atividades												
Exiguidade do mercado atual como limitador ao investimento privado em ciência e tecnologia e de procura dirigida às Instituições de Ensino Superior da Região, a outras estruturas de investigação e a empresas de serviços tecnológicos e de conhecimento;												

**Legenda:**



**Objetivos Temáticos:** OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT2 – Melhorar o acesso às TIC bem como a sua utilização e qualidade. OT3. Reforçar a competitividade das PME; OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores; OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos; OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; OT10. Investir na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida; OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública.

Considera-se assim que em sede da monitorização da AAE, se considerado necessário, o presente diagnóstico seja reforçado com elementos a uma escala menor (que se encontram fora da escala de pormenor de uma AAE ao nível de um programa operacional) e que permitam/suportem a perceção da pertinência das ações a desenvolver (já numa fase onde será possível determinar o seu âmbito territorial de intervenção/incidência mais restrito) e que permitam simultaneamente identificar o tipo de fragilidades a ultrapassar e os fatores a potenciar. Isto aplica-se concretamente que se refere à proteção e valorização da biodiversidade e dos ecossistemas, em que importa assegurar uma análise da coerência entre as ações a desenvolver/previstas e as principais fragilidades, ameaças e potencialidades da Região, o estado atual ambiental, e em especial das estruturas ecológicas, prevendo a sua conservação, e valoração económica dos ecossistemas, pelo que é fundamental apostar no conhecimento da situação atual. Tal fato, é ainda reforçado por um conjunto de preocupações que se reportam essencialmente à necessidade de melhorar a capacidade produtiva e ecológica do solo; elevados níveis de biodiversidade e presença de recursos naturais e paisagísticos, designadamente o mar, a orla costeira atlântica, os estuários do Tejo e Sado; bem como proceder à elaboração, conclusão ou revisão de planos de ordenamento e de gestão para áreas protegidas ou planos de ação para habitats e espécies protegidas cuja relevância das ações permitiria a concretização dos objetivos definidos. Apesar destas opções/ações não serem exclusivamente do âmbito de ação do POR Alentejo, as ações, operações ou intervenções que tenham algum efeito

sobre as mesmas deverão ser articuladas com o respetivo PO Temático, de acordo com o definido pelo RCM n.º 33/2013, de 20 de maio.

#### 4.5.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM A ELABORAÇÃO DO POR ALENTEJO

A evolução das componentes associadas aos valores naturais, patrimoniais e culturais, na ausência de elaboração do POR Alentejo, apresentar-se-á, ao longo do tempo, tendencialmente negativa.

Apesar da existência de um leque considerável de valores naturais e patrimoniais significativos, para além de um conjunto de instrumentos legais no quadro nacional, europeu e internacional, considera-se que muitos dos objetivos ambicionados para esta região ficarão por alcançar sem a elaboração e implementação do presente POR. Pois, sem o financiamento previsto pelo POR Alentejo a região poderá não ser capaz, por meios próprios, de melhorar o seu posicionamento internacional e aumentar a sua atratividade, uma vez que este processo passa, necessariamente, pela utilização/exploração sustentável e preservação dos recursos naturais.

### 4.6. PAISAGEM E PATRIMÓNIO

#### 4.6.1 SITUAÇÃO ATUAL

A análise aprofundada ao domínio da Paisagem e Património permitiu elaborar uma matriz SWOT da situação atual e analisar quais serão as principais tendências de evolução com a implementação do POR, por Objetivo Temático – Quadro 4.6.1.

**Quadro 4.6.1 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD “Paisagem e Património”, no POR Alentejo**

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo											Observações/ Síntese	
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11			
<b>Pontos Fracos</b>													
Dispersão territorial e elevado número de bens patrimoniais classificados com interesse													
Fragilidade dos ecossistemas e sistemas agro-silvo- pastoris regionais de elevado valor natural, associados a fraca ou mesmo nula compensação pelas perdas de rendimento e serviços ambientais nas áreas Rede Natura 2000 e sistemas de elevado valor natural.													
<b>Pontos Fortes</b>													
Vasto património cultural (arquitectónico, arqueológico e artístico) encontra-se em razoável estado de conservação.													
Vasto património imaterial ainda muito presente nas comunidades: música, conto, sincretismo religioso.													
A existência, nesta região, de algumas das espécies mais ameaçadas da Europa e do Mundo a par de habitats de relevância europeia e mundial, como o caso de algumas zonas húmidas inscritas na Convenção de Ramsar, cujo estado de conservação é ainda assinalável, concorrem para a notoriedade do Alentejo numa escala internacional;													
Extensa fachada atlântica com elevado valor costeiro e marinho, com potencial para usos e atividades de recreio e lazer, transportes e logística, conservação da natureza e													

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo											Observações/ Síntese	
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11			
biodiversidade, pescas e aquicultura.													
Sistema urbano policêntrico, indutor de sustentabilidade, enquadrado numa paisagem singular e de forte atratividade, com elevado valor patrimonial dos centros e núcleos históricos.													
Identidade dos espaços rurais sustentada pela valorização de sistemas multifuncionais mediterrâneos e pela capacidade de adaptação do sistema produtivo face às oportunidades de mercado.													
Diversidade de recursos de Património natural, paisagístico e cultural e condições privilegiadas para atividades competitivas e de interesse estratégico, associadas ao sistema cultural mediterrânico e às atividades agrícola e agroindustrial, pecuária e florestal, geológica e mineira, turística e energética.													
Valorização crescente da património cultural e ambiental como suporte da atratividade regional													
<b>Oportunidades</b>													
Afirmação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), enquanto projeto multisectorial, capaz de impulsionar novas dinâmicas nas atividades agrícola e agro- industrial, energética e turística.													
Sistema ambiental como componente relevante do modelo de desenvolvimento da Região e suporte de atividades e serviços relacionados com o turismo e a economia verde.													
Reconhecimento da dimensão estratégica da cultura enquanto instrumento de coesão territorial e social (fator cultural assumido como elemento de inclusão e coesão);													
Crescente procura regional e local de interesse patrimonial relacionada com sítios e circuitos arqueológicos, arquitetónicos, artísticos e gastronómicos													
<b>Ameaças</b>													
Prolongamento da degradação dos ecossistemas naturais e do seu potencial de conservação e aproveitamento económico, em resultado de fatores como a desflorestação e a utilização de práticas agrícolas não adequadas à preservação dos recursos (solo e água), conjugadas com condições climáticas crescentemente adversa.													
Restrições orçamentais no domínio do ambiente e cultura, decorrentes da conjuntura socioeconómica.													
Ausência de salvaguarda, nos instrumentos de ordenamento do território, dos usos nos espaços envolventes aos monumentos nacionais/imóveis de interesse público, limitando estratégias e objectivos integrados de salvaguarda e valorização do património													

**Legenda:**

	Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa		Elementos insuficientes para avaliar		Âmbito de PO Temático		Não aplicável / sem relação
--	--	--	--	--	--------------------------------------	--	-----------------------	--	-----------------------------

**Objetivos Temáticos:** OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT2 – Melhorar o acesso às TIC bem como a sua utilização e qualidade. OT3. Reforçar a competitividade das PME; OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores; OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos; OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; OT10. Investir na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida; OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública.

## 4.6.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM A ELABORAÇÃO DO POR ALENTEJO

Neste ponto analisam-se as perspetivas de evolução na região na ausência da implementação do POR Alentejo, de modo a subsidiar os pontos seguintes, fornecendo um quadro de diagnóstico com base no qual se realizará a avaliação dos efeitos identificados.

Assim, ao nível da componente paisagística prevê-se que na ausência de implementação do POR Alentejo e com a continuidade da situação atual ocorra a introdução de elementos dissonantes que promoveram a descaracterização da paisagem na região, quer pelo abandono das áreas, quer pelo possível aumento da pressão urbanística e da exploração dos recursos naturais. Já em termos patrimoniais, considera-se que os imóveis atualmente sem classificação continuarão, em termos legais, sem proteção, o que aliado à falta de financiamento, aumentará o número de situações de abandono/ruína, assim como relativamente ao património arqueológico.

Em síntese, prevê-se que a evolução das componentes associadas aos valores paisagísticos e patrimoniais se revista de um carácter tendencialmente negativo pois, na ausência de atribuição de verbas, manter-se-ão as condições para a concretização das principais ameaças identificadas nos elementos de caracterização e diagnóstico.

## 4.7. REDILIÊNCIA E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E RISCOS

### 4.7.1 SITUAÇÃO ATUAL

A análise aprofundada ao domínio da Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos, permitiu elaborar uma matriz SWOT da situação atual e analisar quais serão as principais tendências de evolução com a implementação do POR, por Objetivo Temático – Quadro 4.7.1.

**Quadro 4.7.1 - Análise à internalização dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças identificados no âmbito do FCD “ Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos no POR Alentejo**

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo											Observações/Síntese	
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11			
<b>Pontos Fracos</b>													
Fragilidade dos ecossistemas e sistemas agro-silvopastoris regionais de elevado valor natural, associados a fraca ou mesmo nula compensação pelas perdas de rendimento e serviços ambientais nas áreas Rede Natura 2000 e sistemas de elevado valor natural.													As temáticas Riscos e Alterações Climáticas serão alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1, 6.5.1 e 8.9.2 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas bem como princípios de prevenção de riscos naturais.
Fraca articulação entre as atividades económicas locais e o território, ao nível da gestão sustentável dos recursos naturais.													As temáticas Riscos e Alterações Climáticas serão alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1, 6.5.1 e 8.9.2 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas bem como princípios de

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo											Observações/Síntese	
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11			
Fragilidade dos ecossistemas e sistemas agrosilvopastoris regionais de elevado valor natural, associada à baixa rentabilidade da exploração de carácter extensivo que os suporta.													prevenção de riscos naturais. As temáticas Riscos e Alterações Climáticas serão alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1, 6.5.1 e 8.9.2 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas bem como princípios de prevenção de riscos naturais.
Agravamento da suscetibilidade à desertificação do território, proveniente da intensificação de fenómenos extremos, do despovoamento e da debilidade económica.													As temáticas Riscos e Alterações Climáticas serão alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1 e 6.5.1 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas bem como princípios de prevenção de riscos naturais, como a desertificação e seca. O OT 8.9.2 constitui-se uma oportunidade de resposta à problemática da desertificação da região.
Inexistência de um sistema integrado de informação e monitorização dos vários riscos que permita a abordagem de áreas críticas, o acompanhamento da sua dinâmica e o estabelecimento de bases de intervenção preventiva, flexível e reativa													As temáticas Riscos e Alterações Climáticas serão alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1, 6.5.1 e 8.9.2 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios de prevenção de riscos naturais bem como princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas e dos OT 9.7.1, 9.7.2, 9.8.1 e 10.5.2 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios de prevenção de riscos tecnológicos.
<b>Pontos Fortes</b>													
Diversidade de recursos de Património natural, paisagístico e cultural e condições privilegiadas para atividades competitivas e de interesse estratégico, associadas ao sistema cultural mediterrânico e às atividades agrícola e agroindustrial, pecuária e florestal, geológica e mineira, turística e energética.													As temáticas Riscos e Alterações Climáticas serão alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1, 6.5.1 e 8.9.2 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas bem como princípios de prevenção de riscos naturais.
Relevante património natural, paisagístico e cultural, assente na proteção e valorização ambiental, no combate ao processo de desertificação e na valorização e preservação dos recursos históricos e culturais													As temáticas Riscos e Alterações Climáticas serão alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1 e 6.5.1 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas bem como princípios de prevenção de riscos naturais. O OT 8.9.2 constitui-se uma oportunidade de resposta à problemática da desertificação da região e, de acordo com o POR Alentejo, as ações desenvolvidas no âmbito deste OT serão articuladas nomeadamente com a prioridade de investimento 6.3 (Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural) no entanto, não especifica de que modo nomeadamente ao nível dos

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo											Observações/Síntese	
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11			
													valores naturais.
<b>Oportunidades</b>													
Afirmação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), enquanto projeto multisectorial, capaz de impulsionar novas dinâmicas nas atividades agrícola e agroindustrial, energética e turística													O OT 8.9.2 constitui-se uma oportunidade de resposta à problemática da desertificação da região.
Sistema ambiental como componente relevante do modelo de desenvolvimento da Região e suporte de atividades e serviços relacionados com o turismo e a economia verde.													As temáticas Riscos e Alterações Climáticas serão alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1 e 6.5.1 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios de prevenção de riscos naturais bem como princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas. O OT 8.9.2 constitui-se uma oportunidade de resposta à problemática da desertificação da região e, de acordo com o POR Alentejo, as ações desenvolvidas no âmbito deste OT serão articuladas nomeadamente com a prioridade de investimento 6.3 (Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural), no entanto, não especifica de que modo nomeadamente ao nível dos valores naturais.
Sistema ambiental enquanto componente determinante no modelo de desenvolvimento da Região (recursos hídricos, qualidade do ar, gestão dos resíduos, litoral, unidades de paisagem e estrutura regional de proteção e valorização ambiental)													As temáticas Riscos e Alterações Climáticas serão alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1 e 6.5.1 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios de prevenção de riscos naturais bem como princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas. O OT 8.9.2 constitui-se uma oportunidade de resposta à problemática da desertificação da região e, de acordo com o POR Alentejo, as ações desenvolvidas no âmbito deste OT serão articuladas nomeadamente com a prioridade de investimento 6.3 (Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural) no entanto, não especifica de que modo nomeadamente ao nível dos valores naturais.
Existência de património biológico e paisagístico com diversidade e qualidade de recursos que proporcionam o desenvolvimento de atividades de Turismo ambiental ou ecológico com perspetivas de crescimento elevado à escala global													As temáticas Riscos e Alterações Climáticas serão alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1 e 6.5.1 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios de prevenção de riscos naturais bem como princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas. O OT 8.9.2 constitui-se uma oportunidade de resposta à problemática da desertificação da região e, de acordo com o POR Alentejo, as ações desenvolvidas no âmbito deste OT serão articuladas nomeadamente com a prioridade de investimento 6.3 (Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural) no entanto, não especifica de que modo nomeadamente ao nível dos valores naturais.

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo											Observações/Síntese	
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11			
Fortalecimento de uma consciência de riscos e fomento de uma cultura preventiva por parte das organizações e das populações													<p>A temática Riscos será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria).</p> <p>Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios de prevenção de riscos naturais, tecnológicos e mistos.</p> <p>O OT 8.9.2 constitui-se uma oportunidade de resposta à problemática da desertificação da região, no entanto não é possível concluir quando ao potencial contributo no que respeita ao fortalecimento da consciência de riscos e fomento de uma cultura preventiva por parte das organizações e das populações.</p>
Introdução de novas formas de gestão ambiental e dos recursos hídricos, em particular, nas atividades agrícolas													<p>As temáticas Riscos e Alterações Climáticas serão alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria).</p> <p>Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1, 6.5.1 e 8.9.2 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas bem como princípios de prevenção de riscos naturais.</p>
Recuperação de áreas degradadas e restauro e reabilitação dos ecossistemas e dos padrões e processos ecológicos que sustentam a biodiversidade													<p>A temática Riscos será alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria).</p> <p>Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios de prevenção de riscos naturais, tecnológicos e mistos.</p>
Utilização sustentável dos recursos (solo, água e energias), através de métodos de gestão mais eficientes, nomeadamente com a utilização de energias renováveis e estratégias alternativas de eficiência energética													<p>As temáticas Riscos e Alterações Climáticas serão alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria).</p> <p>Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1, 6.5.1 e 8.9.2 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas bem como princípios de prevenção de riscos naturais.</p>
<b>Ameaças</b>													
Riscos naturais decorrentes de fenómenos extremos (secas e cheias) e alteração no ciclo hidrológico, com impactos na maior suscetibilidade à desertificação agravada pelas alterações climáticas													<p>As temáticas Riscos e Alterações Climáticas serão alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria).</p> <p>Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1 e 6.5.1 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios de prevenção de riscos naturais.</p> <p>O OT 8.9.2 constitui-se uma oportunidade de resposta à problemática da desertificação da região.</p>
Prolongamento da degradação dos ecossistemas naturais e do seu potencial de conservação e aproveitamento económico, em resultado de fatores como a deflorestação e a utilização de práticas agrícolas não adequadas à preservação dos recursos (solo e água), conjugadas com condições climáticas crescentemente adversas.													<p>As temáticas Riscos e Alterações Climáticas serão alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria).</p> <p>Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1 e 6.5.1 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas bem como princípios de prevenção de riscos naturais.</p> <p>O OT 8.9.2 constitui-se uma oportunidade de resposta à problemática da desertificação da região e, de acordo com o POR Alentejo, as ações desenvolvidas no âmbito deste OT serão articuladas nomeadamente com a prioridade de investimento 6.3 (Conservação, proteção, promoção e</p>

SWOT	Objetivo Temático (OT) do POR Alentejo											Observações/Síntese	
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11			
Degradação ambiental (solo, água, biodiversidade e paisagem) nas áreas de clima semi-árido e sub-húmido seco, em resultado de fatores como a desflorestação, o sobre pastoreio, a irrigação mal conduzida e as más práticas agrícolas, conjugados com condições climáticas adversas													desenvolvimento do património cultural e natural) no entanto, não especifica de que modo nomeadamente ao nível dos valores naturais.  As temáticas Riscos e Alterações Climáticas serão alvo de foco no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (cujo âmbito é possível consultar na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio e Acordo de Parceria). Contudo, uma maior discriminação das ações dos OT 6.3.1, 6.4.1 e 6.5.1 poderia ajudar a compreender se de facto estão a internalizar princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas bem como princípios de prevenção de riscos naturais.  O OT 8.9.2 constitui-se uma oportunidade de resposta à problemática da desertificação da região e, de acordo com o POR Alentejo, as ações desenvolvidas no âmbito deste OT serão articuladas nomeadamente com a prioridade de investimento 6.3 (Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural) no entanto, não especifica de que modo nomeadamente ao nível dos valores naturais.

**Legenda:**

 Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa	/	 Não Considerado /internalizado / mitigado / potenciado no Programa	/	 Elementos insuficientes para avaliar	/	 Âmbito de PO: Temático	/	 Não aplicável / sem relação
---	---	---	---	---	---	---	---	--

**Objetivos Temáticos:** OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT2. Melhorar o acesso às TIC bem como a sua utilização e qualidade; OT3. Reforçar a competitividade das PME; OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os sectores; OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos; OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; OT10. Investir na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida; OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública.

#### 4.7.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM A ELABORAÇÃO DO POR ALENTEJO

Neste ponto analisam-se as perspetivas de evolução da Região do Alentejo na ausência da implementação do POR Alentejo de modo a subsidiar os pontos seguintes, fornecendo um quadro de diagnóstico com base no qual se realizará a avaliação dos efeitos identificados.

Considerando a atual situação relativamente à internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos, prevê-se que sem a implementação do POR Alentejo se mantenha uma tendência negativa no que respeita à não internalização das mesmas nos projetos apoiados, contribuindo assim potencialmente para a ocorrência e/ou agravamento dos riscos naturais, tecnológicos e/ou mistos.

Ao nível da resiliência e adaptação às alterações climáticas, prevê-se que sem a implementação do POR Alentejo se mantenha uma tendência ligeiramente negativa no que respeita à capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas da Região do Alentejo, uma vez que serão mantidas as condições para a concretização das ameaças identificadas nos elementos de caracterização e diagnóstico.

Em síntese, perspetiva-se que a evolução das componentes associadas aos riscos naturais, tecnológicos e mistos e resiliência e adaptação às Alterações Climáticas se apresente tendencialmente negativa.

## 4.8. ELEMENTOS TRANSVERSAIS DE SUSTENTABILIDADE

Para além dos FCD assumidos na presente avaliação ambiental existem outros elementos considerados como componentes intrínsecas e fundamentais no domínio da sustentabilidade de um território, mas que se revestem de um carácter de transversalidade relativamente aos diversos FCD identificados como significativos e estratégicos. Deste modo, e com o propósito de dotar o processo de avaliação de uma maior adequabilidade e especificidade, assume-se como incontornável no contexto territorial, socioeconómico e ambiental da Região a abordagem transversal dos elementos associados à capacitação e à governação.

Neste contexto, esta análise diferenciada desses elementos (cujos dados de base resultam maioritariamente de indicadores presentes nos FCD anteriormente definidos) pretende constituir-se como um complemento em termos de análise mais descritiva e qualitativa, permitindo não só refletir de um modo direcionado a influência e efeitos que o POR terá ao nível da sustentabilidade, mas incidir diretamente em elementos que se consideram determinantes para o sucesso da sua implementação, cumprimento dos seus objetivos e sustentabilidade da Região, no sentido de validar a análise apresentada sobre as opções estratégicas assumidas ao longo do processo de planeamento.

Contudo, e considerando os cronogramas definidos para o desenvolvimento de diversas componentes do processo de programação, esta análise e realização de entrevistas e dinâmicas com as diversas entidades e partes interessadas que farão parte desta estrutura de governação do POR, para além da CCDR Alentejo, só ocorrerá numa fase posterior à do presente Relatório Ambiental. Assim, propõe-se que esta análise e avaliação seja desenvolvida em sede do primeiro relatório de monitorização da AAE (na fase de seguimento) após a realização dessas atividades e envolvimento com o restante Grupo de Acompanhamento, e outros agentes envolvidos e com intervenção. Deverá ser desenvolvida uma análise das práticas de capacitação, governação e estruturação previstas para a implementação e operacionalização do POR Alentejo e o relacionamento das instituições (e interinstitucionais) e entidades com os agentes sociais e económicos. Deve ser também analisada a forma como é promovida e assegurada a articulação com as estratégias e objetivos de capacitação e governação estabelecidas no âmbito dos PO temático relacionados e com os quais existirá maior coordenação, nomeadamente o PO SEUR.

Neste sentido, serão analisados, entre outros aspetos, a forma, articulação, capacitação e estrutura de operacionalização do POR e cadeias de programação e a sua capacidade para assegurar o cumprimento, eficiência e eficácia da sua própria operacionalização, em especial porque a ineficiente articulação entre os agentes envolvidos (diferentes entidades com diferentes escalas de intervenção e tutela no território abrangido) poderá constituir-se um entrave na adoção/definição de estratégias, dadas as diferentes pretensões que assumem para o mesmo território e incompatibilidades em termos de prioridades/objetivos.

## **5. QUAIS OS EFEITOS MAIS SIGNIFICATIVOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO POR ALENTEJO?**

O Quadro 5.1 consiste numa matriz de dupla entrada, em que no eixo horizontal são consideradas as apostas estratégicas do programa e no eixo vertical são considerados os critérios e respetivos indicadores analisados anteriormente referentes aos diversos FCD sintetizando, deste modo, os efeitos das estratégias do programa sobre os pontos estratégicos definidos para cada FCD.

Por sua vez, o Quadro 5.2 apresenta a síntese descritiva dos efeitos previstos.

**Quadro 5.1 - Efeitos dos Objetivos Temáticos do POR Alentejo sobre os indicadores, por fator crítico para a decisão**

Efeitos do POR Alentejo sobre os indicadores													
FCD	Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	OT1	OT2	OT3	OT4	OT6	OT7	OT8	OT9	OT10	OT11	
Competitividade e Sistema Produtivo	Sistema de I&D&I	Proporção do investimento em I&D do setor privado na Região do Alentejo	++	0	++	++	0	0	++	0	0	0	
		Proporção da despesa em I&D no PIB da Região do Alentejo	++	0	0	0	0	0	++	0	0	0	
		Evolução da posição da Região do Alentejo no "Regional Innovation Scoreboard" em Portugal e na U.E.	++	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Pedidos de registo de invenções na Região do Alentejo	++	0	++	0	0	0	0	0	0	0	
	Produtividade, diferenciação e internacionalização	Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação de processo	Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação de produto, processo ou atividades de inovação abandonadas que atribuíram grau de importância alta a fatores que dificultaram a inovação	++	0	++	++	0	0	++	0	0	0
			Volume de negócios resultante da venda de produtos novos (€) das empresas com 10 e mais pessoas ao serviço	++	0	++	0	0	0	++	0	0	0
		Nascimento de empresas por setor de atividade, com especial foco para as empresas em setores de alta e média alta tecnologia	+	0	++	++	0	0	++	0	0	0	
		Exportações de bens	+	0	0	0	++	0	+	0	0	0	
		Proporção de exportações de bens de alta tecnologia	+	0	++	++	0	0	+	0	0	0	
		Vendas de produtos e ativos biológicos nas empresas	0	0	++		++	0	+	0	0	0	
		Dinamização da base produtiva	Empresas apoiadas no âmbito das iniciativas locais de emprego ou estímulo à oferta de emprego por setor de atividade, com especial foco, nos setores agrícola, produção animal, mar, aproveitamento de recursos geológicos, turismo da natureza e costeiro,	0	0	++	++	++	0	++	0	0	0

Efeitos do POR Alentejo sobre os indicadores													
FCD	Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	OT1	OT2	OT3	OT4	OT6	OT7	OT8	OT9	OT10	OT11	
		silvicultura											
		Postos de trabalho criados através do apoio às iniciativas locais de emprego, por setor de atividade, com especial foco, nos setores agrícola, produção animal, mar, aproveitamento de recursos geológicos, turismo da natureza e costeiro, silvicultura	0	0	++	++	++	0	++	0	0	0	
		Rótulos ecológicos certificados	0	0	++	0	++		++	0	0	0	
	Competitividade económica	Plataformas logísticas inter e multimodais	0	0	++	0	0	++	0	0	0	0	
		Construção e requalificação de infraestruturas de logística	0	0		0	0	++	0	0	0	0	
		Empreendedores e trabalhadores alvo de ações de capacitação para o empreendedorismo e de adaptação à mudança	0	0	++	0	0	0	++	0	0	0	
		Taxa de variação da população residente	+	0	+	0	0	0	++	++	++	0	
Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa	População	População residente em áreas rurais e em áreas urbanas	+	0	+	0	0	0	++	++	++	0	
		População residente por nível de escolaridade	0	0	0	0	0	0	++	0	++	0	
	Capacitação e qualificação do capital humano	Taxa de abandono escolar	0	0	0	0	0	0	++	0	++	0	
		Inovação e inclusão social	População que obtém uma qualificação superior nas instituições da Região Alentejo, inclusive mestrados e doutoramentos	0	0	0	0	0	0	+	0	++	0
	Emprego	Beneficiário RSI	0	0	0	0	0	0	++	++	++	0	
		Taxa de risco pobreza	0	0	0	0	0	0	++	++	++	0	
		Taxa de emprego, por idade, sexo e nível de ensino	+	0	+	0	0	0	++	+	++	0	
		Taxa de desemprego	+	0	+	0	0	0	++	+	++	0	
	Energia	Recursos Energéticos	Produção de energia elétrica por tipo de fonte	0	0	0	0/+	0	0	0/+	0	0	0
			Evolução da potência instalada de produção de energia renovável por tipo	0	0	0	0/+	0	0	0/+	0	0	0
Evolução do consumo de combustíveis fósseis por atividade económica			0	0	0	++	0/+	0/+	0	0	0	0	
Eficiência Energética		Evolução do consumo de energia elétrica por setor de consumo	0	0	0	++	0/+	0	0	0/+	0/+	0	
		Certificados energéticos emitidos	0	0	0	0/+	0/+	0	0	0/+	0/+	0	
		Redução do consumo energético na administração e	0	0	0	++	0/+	0	0	0/+	0/+	0	

Efeitos do POR Alentejo sobre os indicadores												
FCD	Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	OT1	OT2	OT3	OT4	OT6	OT7	OT8	OT9	OT10	OT11
	Mobilidade Urbana Sustentável	iluminação pública										
		Evolução da potência instalada de microprodução de energia em edifícios	0	0	0	++	0/+	0	0	0/+	0/+	0
		Evolução do consumo de fontes de energia alternativas em transportes públicos	0	0	0	++	0/+	0/+	0	0	0	0
Qualificação Territorial e Identidade Regional	Qualificação do Edificado e Identidade	Implementação de modos suaves e expansão dos transportes públicos	0	0	0	++	0/+	0/+	0	0	0	0
		Edifícios por estado de conservação e necessidade de reparação (n.º/ano)	0	0	0	++	++	0	0	++	0	0/+
		Equipamentos, edifícios ou habitações degradadas (ou abandonados)	0	0	0	++	++	0	0	++	0	0/+
	Requalificação ambiental	Áreas industriais degradadas (ou abandonadas)	0	0	0	++	++	0	0	++	0	0/+
		Espaços abertos degradados (ou abandonados)	0	0	0	++	++	0	0	++	0	0/+
		Evolução da superfície total coberta por regadio	0	0	0/+	++	++	0	++	0/+	0	0/+
		Implementação de projetos inovadores para uso eficiente dos recursos e saneamento ambiental	+	0	+	++	++	0/+	++	0	++	0/+
Solo	Ocupação dos solos, por classes de uso	0	0	0	0	+	0	0	0	0	0	
	Áreas de RAN e REN	0	0	0	0	+	0	0	0	0	0	
	Extensão das áreas suscetíveis à desertificação, desde 2004	+	0	+	+	++	0	0	0	+	0	
	Estrutura ecológica regional	0	0	0	0	++	0	0	0	0	0	
Recursos geológicos	Áreas de exploração e volumes extraídos de massas minerais metálicas e não-metálicas, desde 2004	+	0	+	+	+/-	0	+	0	0	0	
	Áreas de exploração licenciadas relativamente ao total, desde 2004	+	0	+	+	+/-	0	+	0	0	0	
Recursos Naturais	Estado das massas de águas de superfície e subterrâneas (de acordo com a Lei da Água)	+	0	+/-	0	++	0	0	0	+	0	
	Consumo de água pelos sistemas de rega, relativamente ao consumo total da região, desde 2004	+/0	0	+	0	+/-	0	0	0	0	0	
	Recursos Hídricos	Massas de água artificializadas que contemplam caudais ecológicos e passagens para peixes, relativamente ao total	0	0	0	0	++	0	0	0	0	0
	Zonas costeiras alvo medidas de requalificação e/ou valorização ambiental, desde 2004	+	0	+	0	++	0	0	0	0	0	
	Qualidade das águas balneares	+	0	+/-	0	++	0	0	0	0	0	
Biodiversidade e	Áreas florestais, por tipologia de utilização	+	0	++/-	0	++	0	0	0	0	0	

Efeitos do POR Alentejo sobre os indicadores													
FCD	Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	OT1	OT2	OT3	OT4	OT6	OT7	OT8	OT9	OT10	OT11	
Paisagem e Património	ecossistemas	Áreas Protegidas e Classificadas	++	0	+	0	++	0	+/0	+/0	0	0	
		Reservas cinegéticas existentes	++	0	+	0	++	0	+/0	+/0	0	0	
		Espécies presentes (com estatuto de proteção e invasoras)	++	0	+	0	++	0	+/0	+/0	0	0	
		Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação	++	0	0	0	++	0	0	0	0	0	
		Ações de sensibilização, requalificação e/ou valorização nas áreas protegidas e classificadas, desde 2004	++	0	0	0	++	0	0	0	0	0	
		Publicações científicas produzidas, relativas às temáticas da biodiversidade e ecossistemas presentes, desde 2004	++	0	0	0	++	0	0	0	0	0	
	Paisagem	Unidades de paisagem	0	0	0	0	++	0	0	0	0	0	
		Paisagens vulneráveis ou sensíveis	0	0	0	0	++	0	0	0	0	0	
		Estruturas, centros ambientais e percursos pedestres com interesse paisagístico	0	0	0	0	++	0	0	0	0	0	
		Miradouros e pontos de interesse paisagístico	0	0	0	0	++	0	0	0	0	0	
		Património cultural histórico, arquitetónico e arqueológico classificado	+	0	0	0	++	0	0	0	0	0	
		Ações/Operações que promovam a preservação, valorização e reabilitação física do património cultural e natural	0	0	+	0	++	0	0	0	0	0	
	Património	Visitantes contabilizados nos sítios e atrações culturais ou naturais, desde 2004	0	0	+	0	++	0	0	0	0	0	
		Projetos de dinamização e programação do património cultural e natural apoiados, relativamente ao total, desde 2004	0	0	+	0	++	0	0	0	0	0	
		Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas	Projetos que incluem medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos	0	0	0	0	+	0	+	0	0	0
			Projetos que contemplem medidas de adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas	0	0	0	0	++	0	+	0	0	0
		Riscos naturais	Projetos com análise de vulnerabilidade aos riscos naturais	0	0	0	0	+	0	++	+	+	0
			Projetos com análise de vulnerabilidade aos riscos tecnológicos	0	0	0	0	0	0	0	+	+	0
Riscos Tecnológicos	Projetos no âmbito da recuperação de locais contaminados de antigas unidades industriais,	0	0	0	0	0	0	0	+	+	0		

Efeitos do POR Alentejo sobre os indicadores												
FCD	Critérios de Avaliação	Indicadores de caracterização	OT1	OT2	OT3	OT4	OT6	OT7	OT8	OT9	OT10	OT11
		incluindo áreas extrativas										
	<b>Riscos Mistos</b>	Projetos com análise de vulnerabilidade aos riscos mistos	0	0	0	0	0	0	0	+	+	0

**Legenda: Objetivos Temáticos:** OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT2. Melhorar o acesso às TIC bem como a sua utilização e qualidade; OT3. Reforçar a competitividade das PME; OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os sectores; OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos; OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; OT8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral; OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; OT10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida; OT11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública.

- ++ | Criação de novas e significativas oportunidades de desenvolvimento na área de intervenção; benefícios elevados em termos de proteção dos recursos e valores locais; contribuição muito positiva para o alcance dos objetivos e/ou metas estratégicas.
- + | Vantagens, oportunidades e benefícios de importância relevante; contribuição positiva para o alcance dos objetivos e/ou metas estratégicas.
- 0 | Sem efeitos positivos ou negativos; não contribui, mas também não conflitua com os objetivos e/ou metas estratégicas.
- | Existência de ameaças ou lacunas que exigem a aplicação de medidas mitigadoras; conflitua com o alcance dos objetivos e/ou metas estratégicas.
- | Existência de ameaças ou lacunas que provocam efeitos negativos graves e/ou irreversíveis sobre os fatores críticos para a decisão, e que exigem a aplicação de medidas mitigadoras ou alterações; conflitua significativamente com o alcance dos objetivos e/ou metas estratégicas.

**Quadro 5.2 - Síntese dos Principais Efeitos Positivos e Negativos por FCD**

FCD	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
<p><b>Competitividade e Sistema Produtivo</b></p>	<p><b>Efeitos Positivos:</b>                      Identificam-se oportunidades para promover o sistema de I&amp;D, com especial foco para a ecoinovação e ecoeficiência, estimulando a transferência de tecnologia conhecimentos e processos para o tecido empresarial, tendo em vista, a produtividade sustentável das empresas, a capacitação para os desafios económicos e ambientais, bem como contribuir para o aumento da competitividade e da capacidade de internacionalização das empresas.                      A implementação do POR permitirá ainda desenvolver novas atividades económicas assentes na valorização dos recursos naturais endógenos, nomeadamente a produção de energia, biotecnologia, investigação e exploração de novas alternativas no domínio da agricultura, produção animal, silvicultura, montado/cortiça, agroalimentação, recursos minerais, pesca, turismo da natureza, atividades de recreio e lazer, turismo costeiro e associado ao bem-estar;                      Consiste também numa oportunidade para preservar e valorizar economicamente a identidade histórico-cultural, o património coletivo e social da Região, numa perspetiva de fortalecer o sentimento de pertença à comunidade e aos lugares, promover a coesão social e dinamizar outros setores económicos, como o turismo, o comércio, a hotelaria, a restauração e os saberes tradicionais.</p> <p><b>Efeitos Negativos:</b>                      Não identificados</p>
<p><b>Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa</b></p>	<p><b>Efeitos Positivos:</b>                      O reforço da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação bem como a competitividade das PME fomentam a melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que promovem o emprego e a capacidade de resolver problemas ambientais.                      No entanto, os efeitos mais significativos sobre o presente FCD far-se-ão sentir nas prioridades de investimento de promoção do emprego e apoio à mobilidade laboral, nas ações de inclusão social e combate à pobreza e discriminação e no investimento no ensino, competências e aprendizagem ao longo da vida. Deste modo, esperam-se efeitos positivos sobre a diminuição do número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social, o aumento da qualificação da população e a redução da taxa de abandono escolar. A forte aposta na educação e formação constitui igualmente uma oportunidade para reforçar a formação e sensibilização ambiental, quer seja da população em geral, quer seja de empresários e ativos empregados. Este é um fator crucial para a mudança de comportamentos ambientalmente sustentáveis, e consequentemente, para a melhoria da qualidade de vida da população. Por outro lado, a aposta na inclusão social e no emprego promovem igualmente condições para a fixação da população em áreas de baixa densidade.</p> <p><b>Efeitos Negativos</b>                      Não identificados.</p>

FCD

Efeitos Positivos e Efeitos Negativos

Energia

**Efeitos Positivos:**

- Da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos por parte das indústrias e empresas de comércio e serviços, no caso da elegibilidade de financiamento para aquisição de equipamentos de combustão, de climatização, isolamento e iluminação mais eficientes, bem como a aquisição de tecnologias de produção de energia a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética, projetos de cogeração industrial ou para aquecimento do edificado, ou implementação de Planos de Racionalização Energética, Sistemas de Eficiência Energética e realização das respetivas auditorias. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior. Permitirão também dissociar a produtividade de fenómenos poluentes e consumo/depleção de materiais fósseis, permitindo a recolha de créditos ambientais (p.e. emissão de GEE) que permitirão o reforço da competitividade, imagem, e responsabilidade civil das empresas.

- Da redução e racionalização do consumo de energia e recursos energéticos nos edifícios públicos e equipamentos coletivos intervencionados, em caso de elegibilidade de financiamento para implementação de equipamentos de microgeração de energia, sistemas eco-eficientes de iluminação, auditorias energéticas, Planos de Racionalização dos Consumos de Energia, bem como outras medidas ou boas práticas que potenciem poupanças energéticas nos edifícios públicos. Estas ações poderão permitir a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.

- Da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no setor habitacional, no caso da elegibilidade de financiamento para implementação de equipamentos de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética como é a criação de redes urbanas de energia térmica ou projetos de cogeração para aquecimento urbano, e implementação de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.

- Da redução no consumo de combustíveis fósseis pelos meios de transporte, promovendo assim a sustentabilidade dos recursos energéticos naturais, contribuindo para a independência energética, reduzindo as emissões GEE responsáveis por fenómenos climatéricos extremos, melhorias da qualidade do ar ambiente, ruído, com consequências positivas para a saúde e qualidade de vida em termos genéricos.

- Da promoção da prática de atividades eco-eficientes, mobilidade sustentável, e a adoção de medidas e boas práticas consentâneas com a preservação da sustentabilidade dos recursos naturais e energéticos, redução no consumo de combustíveis fósseis, contribuindo assim de forma indireta para a redução do consumo de energia e independência energética, reduzindo as emissões GEE responsáveis por fenómenos climatéricos extremos, melhorando a qualidade do ar ambiente, ruído, e incentivando a prática de desporto e atividades de lazer que trazem consequências positivas para a saúde humana e qualidade de vida em termos gerais.

- Com a esperada redução no consumo relativo de combustíveis fósseis pelos meios de transporte em virtude do descongestionamento de tráfego e redução dos tempos de deslocação.

- Da produção de energia renovável, mediante o aproveitamento do potencial hidroelétrico do EFMA. A produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas de energia, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética face ao exterior, e redução de emissões GEE.

**Efeitos Negativos:**

- Risco de aumento absoluto de consumo de combustíveis fósseis num cenário de crescimento económico sem a devida implementação de soluções de energia alternativa nos transportes, devido ao subsequente crescimento da frota de transportes a circular na Região e intensidade de tráfego.

- Risco de pressões e conflitos entre usos com repercussões negativas para o estado das massas de água e ecossistemas dependentes.

FCD

Efeitos Positivos e Efeitos Negativos

Qualificação  
Territorial e  
Identidade  
Regional

**Efeitos Positivos:**

- O aproveitamento e valorização dos recursos endógenos de natureza material e imaterial com vista à aquisição de novas formas de produção (inovação), transferência de conhecimento científico e desenvolvimento empresarial e da competitividade. Irá também proporcionar um reforço da capacitação, cooperação inter-regional e dinamização dos seus ecossistemas locais de inovação e empreendedorismo, e diversificação da capacidade produtiva do território.
- Capacitação e desempenho das funções e competências das instituições de administração e serviços públicos, estimulando a capacidade produtiva e desenvolvimento de todos os agentes económicos.
- O aumento da eficiência energética irá favorecer a redução da dependência energética face ao exterior, permitindo adquirir independência económica, libertando fundos para o investimento em infraestruturas, equipamentos ou recursos humanos e assim reforçar a competitividade e promoção da qualificação regional.
- Qualificação do território mediante a implementação de equipamentos e infraestruturas que promovam uma redução das emissões GEE e redução da dependência energética face ao exterior, permitindo o desenvolvimento, diversificação e adoção das melhores tecnologias disponíveis pelos meios de transporte, melhoria da qualidade do serviço, e benefícios para a qualidade do ar, ruído, e paisagem.
- Qualificação dos espaços e rede de equipamentos históricos e culturais inseridos no território, permitindo assim a preservação, restauro ou requalificação dos valores e bens patrimoniais, a manutenção da identidade regional, a promoção turística de território com elevado valor cultural e a qualificação e diversificação da oferta turística na Região.
- O ordenamento e gestão das áreas classificadas e respetiva requalificação dos espaços e valores naturais inseridos no território irão proporcionar vantagens para a preservação e valorização destes territórios, potenciando a diversificação da oferta turística na Região.
- Requalificação ambiental, paisagística e regeneração urbana baseada em modelos sustentáveis de desenvolvimento, através de ações de recuperação, expansão e valorização de estruturas ecológicas urbanas, a reconversão de espaços industriais abandonados e requalificação de equipamentos e mobiliário urbano, perspectivam benefícios ambientais para a qualidade do ar, ruído, e paisagem, e qualidade de vida em termos gerais.
- Descongestionamento e fruição de tráfego e aquisição de fatores para uma economia competitiva e descarbonizada. Perspetivam-se também o reforço da integração e intermodalidade entre os vários meios de transporte público, melhoria da qualidade do serviço, diversificação e reforço da proximidade dos serviços de transporte à população e agentes económicos. Preveem-se também benefícios para a qualidade do ar, redução das emissões GEE, e ruído.
- A concretização do EFMA, permitirá que sejam desenvolvidas práticas de agricultura sustentável, aliada a uma gestão integrada e eficiente dos diferentes recursos (água, solo e energia), combate à desertificação, bem como permitirá o reforço da coesão social do território rural, contribuindo de modo decisivo, para inverter a tendência de despovoamento, e potenciar o desenvolvimento económico, contribuindo, assim, para a criação de riqueza e emprego com uma sustentabilidade alicerçada no desenvolvimento dos recursos endógenos da região.
- Utilização racional e mais eficiente dos equipamentos coletivos, bem como melhorias infraestruturais e na qualidade do serviço prestado.
- Qualificação dos edifícios e espaços públicos, dos equipamentos coletivos e mobiliário urbano, uma maior facilidade no acesso a serviços de proximidade, benefícios ambientais (p.e. qualidade do ar, ruído), paisagísticos, e regeneração de espaços naturais ou verdes urbanos, que irão potenciar a melhoria do bem-estar, conforto, prática de desporto e atividades lúdicas, promovendo assim uma melhoria significativa da qualidade de vida nestas zonas desfavorecidas.
- Reforço das capacidades de prestação do serviço público, cooperação institucional das entidades públicas, intermunicipalismo e capacitação pública para o apoio à dinamização económica. Preveem-se efeitos positivos para a capacidade de cooperação inter-regional e de trabalho em rede, e perspetivas do reforço da capacidade produtiva e qualificação generalizada do território.

**Efeitos Negativos:**

Relativamente aos efeitos negativos, foi identificado o potencial negativo associado ao risco de uso intensivo de recursos hídricos, ocorrência de situações de conflito ou escassez de água, bem como situações de contaminação ou degradação do estado das massas de água, bem como ocorrência de focos de poluição difusa de poluentes ou fertilizantes em resultado da prática intensiva de agricultura ou desrespeito pelas boas práticas agrícolas. Estes riscos poderão trazer efeitos negativos para a paisagem, qualidade de vida das populações e atividades económicas dependentes direta ou indiretamente das massas de água (p.e. atividades turísticas).

**FCD**

**Efeitos Positivos e Efeitos Negativos**

**Recursos Naturais**

**Efeitos Positivos**

Espera-se a melhoria ao nível do conhecimento dos valores naturais presentes com repercussões positivas na gestão sustentável dos recursos naturais (como melhoria e uso sustentado dos recursos hídricos, valorização e utilização sustentada da floresta, etc).

Desenvolvimento de projetos que promovam a utilização sustentadas e a valorização dos recursos naturais endógenos. Assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património natural existente. Estimular a sua integração com as atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura, floresta, mar, indústria extrativa). Promoção de práticas agrícolas sustentáveis, aliada a uma gestão integrada e eficiente dos diferentes recursos (água, solo e energia), que promova a coesão social do território rural. Potenciar atividades económicas relacionadas com a exploração dos recursos endógenos, com especial destaque para a atividade cinegética e piscícola.

A dinamização da atividade económica do EFMA, potenciará a multifuncionalidade do espaço rural, alicerçada ao desenvolvimento dos recursos endógenos da região.

Assegurar a reabilitação dos ecossistemas e valorização dos serviços prestados. Permitirá gerar efeitos positivos sobre os recursos naturais, e em especial sobre a biodiversidade, através da melhoria no controlo da poluição, fragmentação de habitats e sobre-exploração dos recursos e desertificação dos solos.

Promover o reconhecimento e incorporação das orientações de conservação e proteção provenientes dos instrumentos estratégicos em vigor. Promoção da continuidade espacial e funcional das áreas naturais relevantes para assegurar um contínuo ecológico em todo o território.

Promover comportamentos ambientalmente adequados através da educação e sensibilização dos visitantes nos sítios e atrações naturais. E, promover ações de educação e sensibilização ambiental junto dos principais intervenientes.

**Efeitos Negativos**

- A potencial ineficiente articulação entre os agentes envolvidos, dadas as incompatibilidades em termos de prioridades/objetivos, considerando que a delimitação / definição um contínuo ecológico requer o envolvimento dos municípios e implementação integrada dos projetos, poderá afetar negativamente a concretização deste Objetivo Específico.

- As alterações provocadas pelo EFMA nos ecossistemas presentes, dada a extensão da área alagada, verificando-se perdas significativas de alguns serviços.

**Paisagem e Património**

**Efeitos Positivos**

No que respeitam os efeitos positivos e oportunidades identificadas, são de referir:

- A melhoria do nível do conhecimento e promoção e divulgação dos valores patrimoniais existentes.
- Assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente.

Reabilitação dos ecossistemas e valorização dos serviços prestados por eles, contribuindo para a melhoria significativa da paisagem.

- Estimular a sua integração e associação às atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura, floresta, mar, indústria extrativa, etc).

- Potenciar atividades económicas relacionadas com a exploração dos recursos endógenos, com especial destaque para a atividade cinegética e piscícola.

- Dinamização de parcerias inovadoras para desenvolvimento de projetos que promovam a utilização sustentadas e a valorização do património natural e cultural presente.

- A dinamização da atividade económica do EFMA, potenciará a multifuncionalidade do espaço rural, alicerçada ao desenvolvimento dos recursos endógenos da região

- Criação ou integração de trilhos e pontos de apreciação da paisagem associados ao património natural e cultural presente.

- Promoção do conhecimento e comportamentos ambientalmente adequados através da educação e sensibilização dos visitantes nos sítios e atrações culturais.

**Efeitos Negativos**

Identificou-se como efeitos negativo significativo o potencial das alterações provocadas pelo EFMA nos ecossistemas presentes promoverem a alteração/modificação da paisagem.

**FCD**

**Efeitos Positivos e Efeitos Negativos**

**Resiliência e  
Adaptação às  
Alterações  
Climáticas e  
Riscos**

**Efeitos Positivos**

- Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da melhoria das infraestruturas, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos;
- Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da regeneração física de territórios urbanos e rurais desfavorecidos, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos (incluindo zonas litorais);
- Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da recuperação dos passivos ambientais, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos;
- Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da recuperação e revitalização dos centros urbanos, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos.
- Oportunidade ao nível da melhoria das infraestruturas de formação, ensino superior e ensino secundário, com potencial redução/eliminação de riscos tecnológicos (e.g. risco de colapso de edifícios, risco de incêndio);
- Oportunidade ao nível da regeneração física de territórios urbanos e rurais desfavorecidos, com potencial redução/eliminação de riscos tecnológicos (e.g. risco de colapso de edifícios, risco de incêndio);
- Oportunidade ao nível da recuperação e revitalização dos centros urbanos, com potencial redução/eliminação de riscos tecnológicos (e.g. risco de colapso de edifícios, risco de incêndio).
- Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC, através dos projetos aprovados, no âmbito ações do POR Alentejo.
- Oportunidade de mitigação dos riscos naturais e tecnológicos reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos.
- Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC.

**Efeitos Negativos**

Não identificados

## 6. QUE RECOMENDAÇÕES DEVEM SER SEGUIDAS?

No exercício de avaliação foram propostas diversas recomendações de modo a potenciar alguns efeitos positivos e a minimizar ou eliminar efeitos negativos identificados, em sintonia com os objetivos de ambiente e sustentabilidade estabelecidos para a AAE, das quais se destacam:

**Quadro 6.1 - Síntese das principais recomendações por FCD**

FCD	Recomendações
<b>Competitividade e Sistema Produtivo</b>	<p>Inclusão, nos regulamentos específicos dos Eixos Prioritários, de critérios de elegibilidade ambientais, que privilegiem:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Projetos e/ou ações que contribuam para a valorização da diversidade interna regional, nomeadamente, o mosaico base da estratégia de desenvolvimento regional (Ambiente – Identidade – Sistema Produtivo);</li><li>- Projetos e/ou ações que incidam sobre o caráter ecoinovador das iniciativas e ações, no sentido do desenvolvimento sustentável, redução do impacte dos modos de produção no ambiente e utilização eficiente dos recursos naturais;</li><li>- Projetos e/ou ações que integrem a ecoeficiência, através do uso de energias renováveis, da eficiência energética e uso eficiente dos recursos e melhores tecnologias disponíveis (MTD).</li></ul>
<b>Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa</b>	<p>Inclusão, nos regulamentos específicos dos Eixos Prioritários, de critérios de elegibilidade que assegurem a proximidade do tecido económico local, em especial, as micro, pequenas e médias empresas, às instituições de ensino superior e centros de investigação</p> <p>Inclusão de critérios que privilegiem a formação com inclusão de conhecimentos no domínio ambiental, como forma de combater o défice de formação nessa área, especialmente no Eixo 2, PI 10.1, PI 10.2, PI 10.4.</p> <p>Inclusão de critérios que promovam o conhecimento dos empresários ao nível legal e regulamentar em matéria de ambiente, contribuindo deste modo para a eficácia integrada e sustentável da inovação das empresas, especialmente no Eixo 5, PI 8.5.</p>
<b>Energia</b>	<p>Reformulação das ações previstas no sentido de definirem ações que criem mecanismos de incentivo à certificação energética dos edifícios, principalmente, através da capacitação e reforço institucional, tecnológico e humano das entidades responsáveis pela certificação energética, bem como a estipulação de contratos de eficiência energética para os edifícios sob gestão da administração pública.</p> <p>Inclusão, nos regulamentos específicos dos Eixos Prioritários e/ou nos procedimentos de avaliação, de critérios de elegibilidade ambientais, que salvaguardem aspetos e questões ambientais consideradas pertinentes, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Salvaguarda da sustentabilidade no uso de recursos naturais;</li><li>- Aquisição de eco-eficiência no consumo de recursos energéticos ou materiais;</li><li>- Redução das emissões de GEE;</li><li>- Promoção de boas práticas ambientais através da realização de ações imateriais de formação e sensibilização;</li><li>- Preferência por métodos de construção sustentável, ou implementação das melhores tecnologias disponíveis (MTD).</li></ul> <p>Reformulação do conteúdo do POR Alentejo no sentido de se definirem tipologias de ação que incentivem à criação de mecanismos de promoção da certificação energética dos edifícios, principalmente, através da capacitação e reforço institucional, tecnológico e humano das entidades responsáveis pela certificação energética, bem como a estipulação de contratos de eficiência energética para os edifícios sob gestão da administração pública.</p> <p>Focalização da dotação financeira disponível para a promoção de eficiência energética nos setores e tipologias de projeto com maior intensidade energética, com contributo significativo para as metas nacionais e comunitárias, e que proporcionem maior redução ou eficiência energética e carbónica, designadamente, o setor empresarial (indústria, comércio e serviços) e administração regional e local (edifícios administrativos, equipamentos coletivos, e habitação social).</p> <p>Contacto com indústrias e associações industriais de modo a obter contributos sobre procedimentos, medidas e ações a realizar para obter reduções no consumo energético e identificar custos envolvidos. Com base nessa consulta, o POR deverá direcionar os fundos de financiamento disponíveis para as</p>

## FCD

## Recomendações

tipologias de intervenção que demonstrem: a) maior potencial de contributo para a redução do consumo energético; b) maior viabilidade financeira na perspetiva de obtenção de mais ganhos energéticos com menor custo de investimento e; c) maior potencial de contributo para as metas nacionais e comunitárias nesta matéria.

Definição de critérios de seleção de candidaturas que privilegiem e garantam:

- A classificação das candidaturas que apresentem o objetivo de aquisição de eficiência energética mediante o grau de eficiência (redução) energética ou carbónica prevista, grau de cumprimento das metas setoriais e taxa de retorno do investimento;
- A reconversão de iluminação pública em vias não rodoviárias e que apresentem capacidade de incutir reduções energéticas significativas, através da definição de critérios que classifiquem os projetos consoante o grau de intensidade de circulação (p.e. n.º pessoas que circulam pela via por dia), o grau de eficiência energética ou carbónica prevista, implementação de mecanismos inteligentes de gestão das luminárias, grau de cumprimento das metas setoriais, e taxa de retorno do investimento;
- A implementação de medidas passivas que promovam a eficiência energética na habitação social em detrimento de soluções tecnológicas (medidas ativas), sendo preferencialmente efetuadas em edifícios alvo de intervenções de reabilitação e regeneração urbana.

Definição, em sede de regulamento, de condições e critérios de seleção de sustentabilidade económica, através do incentivo a ações de reconversão de iluminação pública realizadas de forma gradual e que apresentem análises custo / benefício. Recomenda-se que a classificação dos projetos/candidaturas seja baseada numa estratégia de apoio seletivo no sentido de apoiar os projetos com maior capacidade de eficiência energética, e que apresentem melhor capacidade de retorno do investimento e sustentabilidade financeira.

Definição de normativos, em sede de regulamento, que estipulem e garantam:

- Avaliação do grau de concretização ou execução física das tipologias de projeto de natureza imaterial, tais como, Planos de Mobilidade, Auditorias ou Planos de Racionalização Energética, no sentido de garantir o seu contributo efetivo para o cumprimento dos objetivos e metas setoriais e conduzam a resultados visíveis dentro do período de vigência do Programa;
- A elaboração, e apresentação com a candidatura, de estudo de viabilidade técnica e de análise custo-benefício, tendo em consideração diversos cenários de reconversão da iluminação pública.

Pretende-se que estes permitam selecionar a melhor alternativa que assegure não apenas as necessidades de iluminação da área de intervenção, mas também a sustentação dos custos associados ao período de retorno do investimento, despesas de manutenção dos equipamentos, despesas com recursos humanos, de modo a assegurar a sustentabilidade económica e responsabilidade civil do projeto e do promotor.

Definição de um sistema de indicadores de monitorização pertinentes, mensuráveis e comparáveis com metas dos referenciais estratégicos, criar uma plataforma online de comunicação com promotores de projeto, e vinculá-los à obrigatoriedade de inserção e comunicação dos dados de base para aferição dos resultados dos indicadores.

Definição de um sistema de indicadores que monitorize o desempenho e grau de aquisição de eficiência energética (redução do consumo de energia) em edifícios e infraestruturas, bem como indicadores que monitorizem o peso relativo dos modos de transporte utilizados nas deslocações pendulares e o acréscimo dos modos suaves e transportes públicos, alternativos ao transporte individual motorizado.

Inclusão de critérios de seleção de projetos que reforcem e balizem os moldes como se pretende incentivar projetos de reabilitação urbana, designadamente no parque edificado público e privado em núcleos históricos, bairros críticos, ou zonas degradadas, equipamentos coletivos e espaços públicos.

Os critérios de seleção devem ser definidos com base em princípios de sustentabilidade ambiental e de respeito pela paisagem envolvente e traças originais ou típicas da Região (sempre que aplicável).

Recomenda-se a definição de ações que incentivem a construção sustentável, designadamente através do financiamento de ações imateriais de formação avançada em técnicas de construção sustentável, boas práticas construtivas (p.e. reaproveitamento in loco dos materiais ou subprodutos), eco-eficiência, visando a sustentabilidade ambiental e a preservação dos valores naturais do território.

## Qualificação Territorial e Identidade Regional

Reformulação / adaptação de tipologias de ações e/ou inclusão de critérios de seleção que assegurem a salvaguarda do estado dos recursos naturais endógenos suscetíveis de aproveitamento e exploração no âmbito dos projetos financiados pelo POR Alentejo, designadamente, os projetos previstos e enquadrados no objetivo específico "8.9.2 Promoção da valorização económica do Alentejo através do aproveitamento do potencial endógeno associado ao EFMA (Empreendimento dos Fins Múltiplos de Alqueva)", no sentido de salvaguardar o estado químico e ecológico das massas de água, visando o desenvolvimento das atividades económicas e a coesão social.

## FCD

## Recomendações

### Recursos Naturais

Definição de uma Estrutura Ecológica Regional que promova a conectividade entre as zonas naturais existentes de forma a minimizar os efeitos da fragmentação e melhorar a coerência ecológica.  
Adoção e definição de critérios de avaliação e seleção de operações que promovam a aposta em infraestruturas verdes e a localização de novos espaços / estruturas deverá salvaguardar os elementos ambientais.

Criação de base de dados partilhados com os PO temáticos, permitam o cruzamento dos diversos critérios e a sua representação espacial, auxiliando a decisão.

As ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, conseqüentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer acompanhar a documentação processual obrigatória, com os respetivos projetos, em formato georreferenciado.

Promover ações destinadas a mitigar as alterações que o EFMA provoca/provocará nos ecossistemas através da recuperação da vegetação, das áreas mais afetadas, com espécies autóctones e do restabelecimento das condições naturais de infiltração, descompactação e arejamento dos solos.

Inclusão de critérios que permitam valorizar ações que prevejam aplicação/implementação de boas práticas agrícolas e que permitam a redução do uso, ou o uso mais eficiente, de fitofármacos e adubos, prevenindo impactes negativos de maior efeito na flora e fauna, essencialmente na área do EFMA.

Inclusão de critérios de majoração das candidaturas que contribuam para resolução de problemas ambientais, fundamentalmente ao nível da qualidade das massas de água, na área de distribuição do saramugo (e outras espécies piscícolas com estatuto de conservação desfavorável).

Internalização de orientações para a afirmação e dinamização da fixação de espaços culturais improváveis/alternativos, associadas a zonas degradadas /abandonas, focalizando pontos de revitalização e/ou renaturalização (ex: indústria extrativa). (ex: através da inclusão de critérios de seleção/valorização de operações).

### Paisagem e Património

Inclusão de orientações para a promoção da recuperação paisagística da área do EFMA tendo em conta os elementos florísticos típicos da região e dos habitats presentes na zona afetada (ex: através da inclusão de critérios de seleção/valorização de operações).

Elaboração de uma carta de património arqueológico intermunicipal, que auxiliará a aprovação de ações, através da definição de critérios de pertinência/necessidade de intervenção e/ou de estado de conhecimento/conservação.

Inclusão de critérios de majoração/avaliação das candidaturas que assegurem a execução de trabalhos de caracterização e de avaliação de impactes patrimoniais, tal como definido no âmbito dos "Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental".

### Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos

Inclusão de critérios de seleção de candidaturas que permitam avaliar a internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos em projetos apoiados no âmbito das ações definidas pelo POR Alentejo, nomeadamente de regeneração física, requalificação de infraestruturas (ex: os projetos de construção que considerem práticas de construção sustentável com medidas ao nível da prevenção de riscos e/ou adaptação às Alterações Climáticas).

Inclusão de orientações no sentido de incrementar o potencial de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas, nos projetos candidatados. A temática das alterações climáticas é do âmbito do PO da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) importa, no entanto, que os projetos apoiados pelo POR Alentejo contribuam para a resiliência e adaptação da Região às alterações climáticas. Assim, os projetos candidatos que demonstrem o contributo do mesmo para a resiliência e adaptação às alterações climáticas deverão ser considerados como projetos com mérito ao nível da diferenciação face a outro projeto que não o demonstre (e.g. projeto de construção de infraestruturas com plano análise de vulnerabilidade aos riscos naturais potenciados nomeadamente pelos fenómenos resultantes das alterações climáticas).

Inclusão de critérios, nos processos de avaliação das candidaturas, relativos à viabilidade do projeto no sentido da salvaguarda de pessoas e bens face a uma potencial ocorrência de risco natural, risco misto e/ou risco tecnológico (e.g. "a pertinência e exequibilidade do projeto face à potencial ocorrência de risco natural/misto/tecnológico" e "as condições de durabilidade dos resultados após a conclusão do projeto"). Considera-se que a ponderação destes critérios contribuirá positivamente para minimizar/eliminar as situações de degradação patrimoniais existentes e identificadas na Região do Alentejo.

**FCD**

**Recomendações**

Valorização de projetos de requalificação de edifícios, infraestruturas ou equipamentos existentes, em detrimento de novas construções (exceto se se considerar a nova construção como medida de prevenção de riscos e/ou resiliência adaptação às AC, tendo esta exceção de ser objeto de justificação fundamentada). A valorização pode realizar-se através da inclusão nos critérios de seleção de projetos apoiados de uma análise ao nível da génese da tipologia de projeto no que respeita à construção ou requalificação. Sempre que associado a um projeto de requalificação se encontrarem devidamente salvaguardados pessoas, bens e ecossistemas no projeto, deve considerar-se um projeto com mérito ao nível da diferenciação comparativamente com um projeto que opte pela construção. Associado a este critério deve definir-se uma exceção: deve considerar-se um projeto com mérito de diferenciação sempre que incida sobre a construção de um novo edifício, infraestrutura ou equipamento se se constituir como uma oportunidade ao nível da prevenção e/ou minimização dos riscos e/ou adaptação às alterações climáticas (e.g. edifício em zona de menor risco de movimentos de massa, infraestrutura de defesa costeira, etc.).

Definição de mecanismos de governação que permitam a boa articulação espacial e temporal das ações apoiadas no âmbito do POR Alentejo com o PO SEUR.

Gestão eficaz e eficiente da informação de base dos quadros de apoios comunitários dos dois últimos períodos de programação (2000-2006 e 2007-2013), e em particular dos projetos apoiados no âmbito das ações do POR Alentejo, em vários domínios (âmbito, objetivos, indicadores, resultados, conclusões), para assegurar um adequado cruzamento de informação e análises que permitam orientar o POR para a concretização dos seus principais objetivos e metas. Tendo em consideração que os Programas Operacionais, nomeadamente o POR Alentejo se constituem programas cujo âmbito implica um vasto leque de informação associada (quer ao nível de anteriores programas quadros, quer ao nível das ações apoiadas pelo presente programa), a homogeneização, articulação e partilha de dados deve ser gerida através de um repositório de informação capaz de assegurar a disponibilização de um conjunto de indicadores que traduzam de forma relevante (eficiente) as ações apoiadas pelo POR, objetivos, resultados esperados e alcançados, entre outras informações, homogeneizado com outros programas de financiamento, de modo a permitir a devida articulação entre programas e sempre que possível comparação, sem duplicação de informação e o acesso rápido e eficaz aos dados.

## 7. O QUE ACONTECE APÓS A APROVAÇÃO DO POR ALENTEJO?

Com a entrada em vigor do POR Alentejo, inicia-se a Fase 3 do processo de AAE, de Seguimento. Esta etapa requer que a entidade gestora do POR adote as medidas necessárias no sentido de estruturar internamente uma equipa de acompanhamento da AAE que desenvolva as atividades previstas, nomeadamente a execução da avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação /execução da revisão do plano, verificando se estão a ser adotadas as medidas constantes na Declaração Ambiental.

Assim, são utilizados indicadores de execução de acordo com a metodologia definida no Relatório Ambiental (RA), e que se devem articular em dois níveis de atuação:

- O da evolução das variáveis de estado que caracterizam o território em análise – Monitorização Regional (Quadro 7.1);
- O da monitorização da implementação das conclusões emanadas do RA (do ponto de vista dos efeitos negativos e positivos identificados, bem como das recomendações) – Monitorização Estratégica.

A entidade gestora do POR deverá proceder à divulgação, periódica mínima anual, dos resultados do controlo, de acordo com a legislação em vigor, com entrega de relatórios de monitorização à Agência Portuguesa de Ambiente (APA) e que deverão igualmente ser disponibilizados ao público em geral. Importa contudo referir que a frequência de monitorização é ainda nesta fase preliminar, sendo posteriormente ajustada após a fase de consulta pública, tendo em consideração quer os contributos que advenham dessa fase, quer as reuniões que se realizarão ainda com diversos dos agentes responsáveis e envolvidos na governança e governação do POR Alentejo.

**Quadro 7.1 - Indicadores de monitorização ou seguimento para o POR Alentejo**

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor situação de referência
<b>Competitividade e Sistema Produtivo</b>				
Intensidade turística	(Dormidas estabelecimentos hoteleiros/ (n.º hab*365 dias) *100)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)	N.A.
Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação de processo (%) por tipo de inovação implementada.	[Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação de processo/ Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação (tecnológica e não tecnológica]*100	Anual	INE	- Novos ou significativamente melhorados métodos de fabrico ou produção de produtos: 22,2%; - Novos ou significativamente melhorados métodos de logística, entrega ou distribuição dos fatores produtivos ou produtos finais: 16,6%; - Novas atividades de apoio aos processos da empresa ou significativamente melhorados:

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor situação de referência
				23,2%.
Participação das atividades económicas na formação do VAB Regional, com especial foco para o setor do turismo, agricultura, produção animal, mar, aproveitamento de recursos geológicos, silvicultura e montado (%).	Contabilização da percentagem de participação das atividades económicas no VAB Regional.	Anual	SI POR Alentejo CCDR Alentejo	N.A.
Empresas criadas em áreas de ecoinovação e valorização de uso de recursos naturais (n.º; %), com especial foco para os setores agrícola, produção animal, mar, aproveitamento de recursos geológicos, turismo e costeiro, silvicultura, montado (n.º).	Contabilização do número de empresas criadas que cumprem os critérios de elegibilidade associados à ecoinovação e valorização dos recursos naturais (p.e. setores agrícola, produção animal, mar, aproveitamento de recursos geológicos, turismo e costeiro, silvicultura, montado)	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
Postos de trabalho criados em áreas de ecoinovação e valorização de uso de recursos naturais (n.º), com especial foco para os setores agrícola, produção animal, mar, aproveitamento de recursos geológicos, turismo e costeiro, silvicultura, montado (n.º).	Contabilização do número de postos de trabalho criados por empresas apoiadas, associados à ecoinovação e valorização dos recursos naturais (p.e. setores agrícola, produção animal, mar, aproveitamento de recursos geológicos, turismo e costeiro, silvicultura, montado)	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
Ligações viárias, do tipo "last mile" construídas ou requalificadas (km).	Contabilização da extensão em quilómetros das ligações viárias do tipo "last mile" apoiadas pelo POR Alentejo, por tipologia de intervenção (construção e requalificação)	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
<b>Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa</b>				
População apoiada em sede de incentivo à natalidade (n.º e %)*	Contabilização da população apoiada com vista ao incentivo à natalidade através da recolha e tratamento estatístico da seguinte informação: Número de pessoas abrangidas por projetos cujos objetivos sejam o incentivo à natalidade.	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
Projetos apoiados com objetivo de fixação de população (n.º e abrangência)	Contabilização do número de projetos apoiados cujos objetivos sejam a fixação da população e respetiva área abrangente.	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
Alunos participantes em ações de formação na área do ambiente dirigidas a ativos empregados e a desempregados (n.º de formando e n.º de horas)	Contabilização do número de alunos e horas de formação na área do ambiente, cujo público-alvo seja a população em idade ativa (15-64 anos) empregada ou desempregada através da recolha e tratamento estatístico da seguinte informação: Número de formandos em idade ativa, empregados e/ou desempregados, que concluíram ações de formação cofinanciadas pelo POR Alentejo, relacionadas com o ambiente (Eixo 2); Total do número de horas frequentadas por formandos em idade ativa, empregados e/ou desempregados, que concluíram ações de formação cofinanciadas pelo POR Alentejo, relacionadas com o ambiente.	Anual	SI POR Alentejo	NA.
População que obtém uma qualificação superior nas instituições da Região do Alentejo na área da Proteção Ambiental (n.º e % sobre o total de diplomados) (n.º e % do total de diplomados na área de estudo)	Número de alunos que concluem uma licenciatura, mestrado, doutoramento ou pós doutoramento nas instituições de ensino superior localizadas na Região do Alentejo, na área da proteção do ambiente. Apesar de não existir uma meta específica para diplomados na área da Proteção Ambiental, este indicador deverá contribuir para as metas estabelecidas no referencial "Portugal 2020": redução para 10% da taxa de	Anual	CCDR Alentejo; INE	Proteção do Ambiente: 89 (6,6% do total de diplomados) Homens: 36 (7,6% do total de diplomados) Mulheres: 53 (6,1% do total de

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor situação de referência
	saúde precoce do sistema de ensino (15% em 2014) em 2020; e aumento para 40% de diplomados entre os 30 e os 34 anos em 2020 (30% em 2014).			diplomados)
Equipamentos sociais e de saúde (Lares de dia, centros de convívio, lares de idosos, equipamentos de cuidados continuados, creches e infantários) construídos e/ou reabilitados e acréscimo no número de vagas (n.º)	Contabilização do número de equipamentos construídos e/ou intervencionados com apoio de fundos enquadrados no eixo 6, PI 9.7 e número de vagas criadas resultantes dessa intervenção, por tipologia de equipamento: creches, infantários, cuidados continuados, hospitais, lar de idosos, lar de dia e centro de convívio.	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
Iniciativas de apoio à inclusão ativa e social desenvolvidas (n.º e abrangência)*	<p>Contabilização do número de pessoas abrangidas por iniciativas de apoio à inclusão social através da recolha e tratamento estatístico da seguinte informação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• População abrangida por apoios no âmbito do Eixo 6, PI 9.1;</li> <li>• Posto de trabalho criados, incluindo autoemprego (DLBC) no âmbito do Eixo 6, PI 9.6;</li> <li>• População abrangida por apoios no âmbito do Eixo 6, PI 9.8, cujos objetivos incidam sobre o envelhecimento ativo e a inclusão social.</li> </ul> <p>De acordo com o documento "Portugal 2020" as metas associadas a este indicador são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da taxa de emprego para 75% na faixa etária dos 20-64 anos;</li> <li>- Redução do nível de pobreza em menos 200 000 pessoas em 2020 (menos 50 000 em 2014).</li> </ul> <p>Adicionalmente o POR propõe atingir até 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 2402 participantes empregados seis meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário.</li> </ul>	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
<b>Energia</b>				
Redução do consumo de energia nas empresas (% ; tep)*	<p>Percentagem de redução do consumo anual de energia final conseguido no total de empresas sujeitas a medidas de eficiência energética no âmbito do POR Alentejo.</p> <p>Número de empresas com consumo de energia melhorado.</p> <p><i>A meta associada a este indicador será de reduzir o consumo<sup>6</sup> energético nas empresas em 6% até 2016, conforme definido no PNAEE.</i></p> <p><i>Adicionalmente, o POR Alentejo propõe atingir até 2020:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 25 empresas com consumo de energia melhorado.</li> </ul>	Anual	SI POR Alentejo DGEG (PNAEE) INE	71.471 tep (2012)
Implementação de modos suaves (n.º projetos, km)	Número de projetos aprovados pelo POR Alentejo para capacitação infraestrutural de modos suaves de transporte e mobiliário urbano de apoio. Referenciar também quilómetros construídos (se aplicável) e montante investido.	Bienal	SI POR Alentejo CCDR Alentejo Câmaras Municipais	N.D.

<sup>6</sup> Segundo o POR Alentejo o consumo regional é de 71.471 tep.

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor situação de referência
Projetos de expansão da rede ou reforço da intermodalidade nos transportes públicos (n.º projetos, €)	Número de projetos aprovados pelo POR Alentejo para expansão das redes de transportes públicos e reforço da intermodalidade entre os diversos transportes públicos e entre estes e os modos suaves. Referenciar também quilómetros construídos (se aplicável) e montante investido.	Bienal	SI POR Alentejo CCDR Alentejo Câmaras Municipais	N.D.
Redução do consumo de combustíveis fósseis nos transportes públicos (t/ano ; %7)	Percentagem de toneladas reduzidas de combustíveis fósseis nos transportes públicos.	Anual	DGEG INE Câmaras Municipais	N.D.
Redução do consumo de energia na administração local (% ; MWh)*	Percentagem de redução do consumo anual de energia primária dos edifícios da administração pública (regional e local) alocados a medidas de eficiência energética no âmbito do POR Alentejo.  <i>A meta associada a este indicador será de reduzir em 30% o consumo<sup>7</sup> de energia na administração regional e local até 2016, conforme definido no PNAEE.</i>  <i>Adicionalmente, o POR Alentejo propõe atingir até 2023:</i> <i>- 7.298 MWh de consumo regional de energia;</i>	Anual	SI POR Alentejo DGEG (PNAEE) ADENE	29.084 MWh (2012)
Redução do consumo de energia na habitação (%)	Percentagem de redução do consumo anual de energia na habitação com medidas de eficiência energética atribuídas no âmbito do POR Alentejo. Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado.  <i>A meta associada a este indicador será de reduzir o consumo de energia na habitação em 14% até 2016, conforme definido no PNAEE.</i>  <i>Adicionalmente, o POR Alentejo propõe atingir até 2023:</i> <i>- 3.503 agregados familiares com consumo energético melhorado.</i>	Anual	SI POR Alentejo DGEG INE	N.D.
Aumento da eficiência energética na habitação social (% de habitações sujeitas a beneficiações e certificação energética face ao total de habitações existentes)*	Percentagem do número de habitações sociais com consumo de energia melhorado face ao total de habitações sociais. Percentagem do número de habitações sociais com certificado energético emitido por classe energética face ao total de habitações sociais.  <i>O POR Alentejo propõe atingir até 2023:</i> <i>- 77% dos fogos de habitação social com certificação energética.</i>	Anual	SI POR Alentejo DGEG (PNAEE) ADENE Câmaras Municipais	4.524 (2012)
Taxa de penetração de sistemas de contagem inteligentes (% de contadores inteligentes, no n.º total de contratos de fornecimento de energia)	Percentagem do número de contadores inteligentes implementados face ao total de contratos de fornecimento de energia.	Anual	DGEG INE	N.D.
Acréscimo de população servida por sistemas de gás natural (% habitantes servidos face ao total residente)	Percentagem do número de habitantes servidos por rede de gás natural face ao total de habitantes.	Bienal	DGEG	N.D.
Investimento financiado pelo PO em projetos de beneficiação energética de	Investimento realizado e financiado pelo PO em projetos de eficiência energética no parque habitacional e percentagem	Anual	SI POR Alentejo CCDR	N.A.

<sup>7</sup> % de redução no consumo de combustíveis fósseis.

<sup>8</sup> Segundo o POR Alentejo o consumo regional é de 29.084 MWh.

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor situação de referência
habitações (€/ano; % face ao programado)	face ao total programado.		Alentejo	
Investimento financiado pelo PO em projetos de beneficiação energética de edifícios da administração pública e iluminação pública (€/ano; % face ao programado)	Investimento realizado e financiado pelo PO em projetos de eficiência energética em edifícios da administração pública regional ou local e projetos de beneficiação da rede de iluminação pública e percentagem face ao total programado.	Anual	SI POR Alentejo CCDR Alentejo	N.A.
Investimento financiado pelo PO em projetos de beneficiação energética dos transportes públicos ou de promoção de modos suaves de transporte (€/ano; % face ao programado)	Investimento realizado e financiado pelo PO em projetos de eficiência energética nos transportes públicos e implementação de modos suaves de transporte (ou equipamento de apoio) e percentagem face ao total programado.	Anual	SI POR Alentejo CCDR Alentejo	N.A.
Investimento financiado pelo PO em projetos de beneficiação infraestrutural das ligações secundárias e terciárias à RTE-T (€/ano ; % face ao programado)	Investimento realizado e financiado pelo PO em projetos de reforço da ligação da rede secundária e terciária à RTE-T e percentagem face ao total programado.	Anual	SI POR Alentejo CCDR Alentejo	N.A.
Diminuição na emissão de gases de efeito de estufa (t-CO <sub>2e</sub> ; %)	Diminuição das emissões anuais de gases de efeito de estufa na Região relativamente ao montante estimado para 1990.  <i>A meta associada a este indicador será de 20% até 2023, conforme definido no PO Alentejo ou até 2020 conforme definido pelo Pacote Clima-Energia, relativamente às emissões estimadas em 1990.</i>	Anual	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ SI POR Centro</li> <li>▪ APA</li> <li>▪ INE</li> </ul>	1.452.155 t-CO <sub>2</sub> (2012)
<b>Qualificação Territorial e Identidade Regional</b>				
Edifícios reabilitados (n.º ou % de edifícios reabilitados face aos edifícios degradados contabilizados)*	Percentagem do número de edifícios reabilitados face ao número de edifícios degradados.	Anual	SI POR Alentejo INE Câmaras Municipais	N.D.
Edifícios requalificados ou beneficiados, apoiados, que não contemplem ações/projetos que salvaguardem o enquadramento paisagístico ou arquitetónico (n.º; % relativa do n.º total de edifícios requalificados e apoiados)	Número ou percentagem de edifícios requalificados ou beneficiados e apoiados que não contemplem ações/projetos de salvaguarda do enquadramento paisagístico ou arquitetónico.	Anual	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ SI POR Centro</li> </ul> Câmaras Municipais	N.D.
Áreas de reabilitação urbana criadas ou intervencionadas (n.º ou % de área urbana reabilitada face à área urbana total degradada contabilizada)	Percentagem de área urbana degradada sujeita a reabilitação.	Anual	INE Câmaras Municipais	N.D.
Áreas críticas de reconversão urbanística (n.º ou % de área reconvertida face à área total degradada contabilizada)	Percentagem de áreas críticas sujeitas a reconversão urbanística.	Anual	Câmaras Municipais	N.D.
Áreas industriais degradadas sujeitas a recuperação (n.º ou % área intervencionada face à área total degradada)	Percentagem de área industrial degradada sujeita a recuperação ou reconversão.	Anual	APA Câmaras Municipais	N.D.
Espaços abertos criados ou reabilitados (n.º ou área total)*	Área de espaços abertos novos criados ou já existentes reabilitados.	Anual	SI POR Alentejo Câmaras Municipais	N.D.
Estado das massas de água (% em bom estado)	Percentagem de massas de água superficiais e subterrâneas em bom estado relativamente à totalidade de massas de água por tipologia.  <i>A meta associada a este indicador será de atingir o bom estado em 100% das massas de água.</i>	Anual	EDIA APA CCDR Alentejo Câmaras Municipais Entidades gestoras	N.D.
Balanço entre volumes de água captado por setor consumptivos e disponibilidades	Percentagem de volume de água consumido por tipo de uso face às disponibilidades hídricas efetivas em ano	Anual	EDIA APA CCDR	N.D.

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor situação de referência
efetivas de origem superficial e subterrânea <sup>9</sup> (hm <sup>3</sup> /ano ; %)	médio.		Alentejo Câmaras Municipais Entidades gestoras	
Ocorrência de situações pontuais de escassez de água (nº/ano)	Número de situações pontuais de escassez de água detetadas.  <i>A meta associada a este indicador será de atingir total ausência de situações de escassez de água.</i>	Anual	EDIA APA CCDR Alentejo Câmaras Municipais Entidades gestoras	N.D.
Investimento financiado pelo PO reabilitação e reconversão de edifícios ou áreas degradadas (€/ano ; % face ao programado)	Investimento realizado e financiado pelo PO em projetos de reabilitação e reconversão de edifícios ou áreas degradadas e percentagem face ao total programado.	Anual	SI POR Alentejo CCDR Alentejo	N.D.
Investimento financiado pelo PO em recuperação ambiental de passivos ambientais e paisagem (€/ano ; % face ao programado)	Investimento realizado e financiado pelo PO em projetos de recuperação ambiental de passivos ambientais e paisagem e percentagem face ao total programado.	Anual	SI POR Alentejo CCDR Alentejo	N.D.
Investimento financiado pelo PO na qualificação de espaços abertos (€/ano ; % face ao programado)	Investimento realizado e financiado pelo PO em projetos de qualificação de espaços abertos e percentagem face ao total programado.	Anual	SI POR Alentejo CCDR Alentejo	N.D.
<b>Recursos Naturais</b>				
Área intervencionada face à área total classificada e/ou integrada na estrutura ecológica (ha; %)	Contabilização da área intervencionada em relação à área total classificada e/ou integrada na estrutura ecológica regional. Cálculos desenvolvidos através da diferença dos valores obtidos.	Bienal	SI POR Alentejo	N.A.
Densidade de espécies presentes com estatuto de proteção e melhoria do seu estado de conservação (nº/ha)	Número de indivíduos de cada espécie presente, por unidade de conservação, com estatuto de proteção ou melhoria do seu estado de conservação.	Bienal	ICNF	N.A.
Projetos com critérios de valoração dos serviços dos ecossistemas presentes (n.º, ha, €)	Contabilização do número, área correspondente e/ou custo dos projetos aprovados com critérios de valoração dos serviços dos ecossistemas.  Indicador a calcular pela entidade gestora do POR e ICNF.	Anual	SI POR Alentejo; ICNF	N.A.
Superfície dos habitats intervencionados para atingirem um melhor estado de conservação, no âmbito da implementação do Quadro de Ações Prioritárias da RN2000 (ha) e outras áreas classificadas	Contabilização da área/superfície ocupada pelos habitats intervencionados para atingirem um melhor estado de conservação, decorrentes da implementação do Quadro de Ações Prioritárias da RN2000.  Indicador a calcular e a fornecer pela entidade com responsabilidade na matéria.	Bienal	ICNF	N.D.
<b>Paisagem e Património</b>				
Evolução do número de visitantes nos sítios e atrações culturais ou naturais apoiados (n.º)*	Contabilização do número de visitantes nos sítios e atrações culturais ou naturais apoiados.	Anual	SI POR Alentejo; DGPC	N.D.
Ações de animação, valorização e promoção dos elementos culturais existentes com elevado interesse turístico (n.º)	Contabilização do número de ações de animação, valorização e promoção dos elementos histórico-culturais com elevado interesse turístico.	Anual	SI POR Alentejo; DGPC	N.A.
Ações ou iniciativas das Industrias culturais ligadas à promoção, conservação e restauro do património presente/existente	Contabilização do número de ações ou iniciativas das Industrias culturais ligadas à promoção do património presente/existente.	Anual	SI POR Alentejo; DGPC	N.A.

<sup>9</sup> Em ano médio.

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor situação de referência
(n.º);				
Alterações do índice de valor paisagístico, decorrentes das ações realizadas na área do EFMA (n.º; ha; % face ao total)	Identificação de alterações do índice de valor paisagístico (em número ou área), decorrentes das ações realizadas na área do EFMA, relativamente à área abrangida/delimitada por paisagens vulneráveis ou sensíveis.	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
<b>Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos</b>				
Projetos (n.º) que incluem medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos	Número de projetos e localização ou +área abrangida com incidência em proposta de medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos. A aferição destes indicadores permitirá concluir quanto à sua evolução no sentido e orientações dos referenciais estratégico Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas, Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas.	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
Projetos (n.º) que contemplem medidas de adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas	Número de projetos e localização ou área abrangida, que contemplem medidas de adaptação no que concerne especificamente à biodiversidade e aos ecossistemas, no sentido de perceber se os objetivos do POR Alentejo contribui para a adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas. A aferição destes indicadores permitirá concluir quanto à sua evolução no sentido e orientações dos referenciais estratégico Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas, Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas.	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
Projetos (n.º) com análise de vulnerabilidade aos riscos naturais	Número de projetos e localização ou área abrangida com integração da componente associada às vulnerabilidades relacionadas com riscos naturais na análise territorial face às opções de cada projeto e não numa escala de identificação de situações de vulnerabilidade. A aferição destes indicadores permitirá concluir quanto à sua evolução no sentido e orientações dos referenciais estratégico Quadro de Ação de Hyogo.	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
Projetos (n.º) com análise de vulnerabilidade aos riscos tecnológicos	Número de projetos e localização ou área abrangida com integração da componente associada às vulnerabilidades relacionadas com riscos tecnológicos na análise territorial face às opções de cada projeto e não numa escala de identificação de situações de vulnerabilidade. A aferição destes indicadores permitirá concluir quanto à sua evolução no sentido e orientações dos referenciais estratégico Quadro de Ação de Hyogo.	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
Projetos (n.º) no âmbito da recuperação de locais contaminados de antigas unidades industriais, incluindo áreas extrativas	Número de projetos e localização ou área abrangida com integração da componente associada à recuperação de locais contaminados de antigas unidades industriais, incluindo áreas extrativa. A aferição destes indicadores permitirá concluir quanto à sua evolução no sentido e orientações dos referenciais estratégico Quadro de Ação de Hyogo.	Anual	SI POR Alentejo	N.A.
Projetos (n.º) com análise de vulnerabilidade aos riscos mistos	Número de projetos e localização ou área abrangida com integração da componente associada às vulnerabilidades relacionadas com riscos mistos na análise territorial face às opções de cada projeto e não numa	Anual	SI POR Alentejo	N.A.

Designação do indicador (unidades)	Metodologia	Frequência	Fonte de Informação	Valor situação de referência
	<p>escala de identificação de situações de vulnerabilidade.</p> <p>A aferição destes indicadores permitirá concluir quanto à sua evolução no sentido e orientações dos referenciais estratégico Quadro de Ação de Hyogo.</p>			

## 8. QUAIS AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES?

De referir que, tendo por base a análise da Tipologia de Ações e os Objetivos Específicos dos Eixos Prioritários, que se articulam com o do FCD “Competitividade e Sistema Produtivo”, as opções estratégicas da proposta do POR Alentejo constituem uma oportunidade para fomentar o crescimento verde, no sentido do desenvolvimento sustentável, através do apoio ao desenvolvimento de novos processos, tecnologias e serviços que tornem as atividades económicas mais ecológicas, contribuindo assim para se encontrarem soluções para os desafios comuns como as alterações climáticas, a escassez de recurso e a perda de biodiversidade, mas também, uma oportunidade para aumentar a competitividade das empresas, a sua capacidade de internacionalização, bem como o acesso a novos mercados.

O POR Alentejo contribuirá igualmente para a dinamização de iniciativas locais associadas às atividades económicas, promoção do emprego e adaptação das empresas, dos trabalhadores e dos empresários ao novo quadro de competitividade da economia global, devendo assumir-se como uma aposta fundamental nos domínios da ecoinovação e valorização de recursos naturais, com especial foco nos setores identificados na RIS da Região (turismo, agricultura, pecuária, recursos minerais, indústria agroalimentar, montado e cortiça, pesca e aquacultura).

Considera-se que as prioridades de investimento apresentadas constituem uma oportunidade para o crescimento verde e azul, associado aos recursos naturais endógenos, biodiversidade e ao mar, respetivamente, assente no desenvolvimento das oportunidades decorrentes da utilização sustentável dos recursos naturais, da investigação e inovação, da transferência de tecnologia, na ecoeficiência das empresas, processos, serviços e produtos. Contudo, salienta-se a necessidade de desenvolver e completar as diversas tipologias de ações, demonstrando de que forma será valorizada a diversidade interna regional, bem como a integração de critérios associados ao trinómio Ambiente – Identidade – Sistema Produtivo.

Neste contexto, e numa análise estruturada por Fator Crítico para a Decisão (FCD), apresentam-se resumidamente as principais considerações:

### **Competitividade e Sistema Produtivo**

O POR Alentejo constitui uma oportunidade para promover o sistema de I&D, com especial foco para a ecoinovação e ecoeficiência, estimulando a transferência de tecnologia e conhecimento para as empresas, tendo em vista, o aumento da produtividade sustentável, a capacitação para os desafios económicos e ambientais, o aumento da competitividade e da capacidade de internacionalização das empresas.

A implementação do POR permitirá ainda desenvolver novas atividades económicas assentes na valorização dos recursos naturais endógenos, nomeadamente a produção de energia, biotecnologia, investigação e exploração de novas alternativas no domínio da agricultura, produção animal, silvicultura, montado/cortiça, agroalimentação, recursos minerais, mar, turismo da natureza, atividades de recreio e lazer, turismo costeiro e associado ao bem-estar.

Consiste também numa oportunidade para preservar e valorizar economicamente a identidade histórico-cultural, o património coletivo e social da Região, numa perspetiva de fortalecer o sentimento de pertença à comunidade e aos lugares, promover a coesão social e dinamizar outros setores económicos, como o turismo, o comércio, a hotelaria, a restauração e os saberes tradicionais.

No que refere aos efeitos negativos ou ameaças, destaca-se a dificuldade em implementar tecnologias, processos e conhecimentos ecoinovadores e ecoeficientes, sobretudo nos setores de atividade tradicionais, associadas sobretudo à valorização dos recursos naturais, adequadas à preservação dos recursos naturais, conjugadas com os desafios ambientais que se colocam, nomeadamente a adaptação às alterações climáticas (sendo necessária a adequada articulação e no sentido de convergir para os objetivos de outros PO temáticos). Por outro lado, a dimensão das empresas, a escassez de mão-de-obra qualificada, associada à falta de capacidade da adaptação das

empresas e ativos às mudanças e desafios económicos atuais, poderá constituir um entrave à concretização dos objetivos e ações definidas.

Neste sentido, é fundamental que os critérios estabelecidos privilegiem projetos e investimentos que promovam a valorização da diversidade interna da Região do Alentejo, através da internalização do mosaico base da estratégia de desenvolvimento regional (Ambiente – Identidade – Sistema Produtivo) e tenham em conta o caráterecoinovador das iniciativas, com especial destaque para o apoio de projetos e serviços ambientais diferenciadores, assentes em critérios de sustentabilidade, valorização dos recursos endógenos naturais e ação climática, ecoeficiência, do uso de energias renováveis, da eficiência energética, uso eficiente dos recursos e melhores técnicas disponíveis. Importa ainda salientar a necessidade de reforçar os mecanismos que assegurem a proximidade do tecido económico local, em especial, as micro, pequenas e médias empresas, às instituições de ensino superior e centros de investigação, com o objetivo de promover a cooperação, as parcerias e a transferência de tecnologia e conhecimento.

### **Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa**

A implementação do POR Alentejo contribui de forma positiva para o desenvolvimento social, capacitação humana e inclusão ativa através das prioridades de investimento de promoção do emprego, nas ações de inclusão social e combate à pobreza e discriminação e no investimento no ensino, competências e aprendizagem ao longo da vida. Além disso, o reforço da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação bem como a competitividade das PME fomentam a melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que promovem o emprego e a capacidade de resolver problemas ambientais.

No entanto, e apesar de não serem identificados efeitos negativos, é necessário que o POR reforce a importância da formação ambiental com vista a um desenvolvimento económico e social sustentável, e que fomente, sobretudo, a qualidade de vida da população.

### **Energia**

No que refere à eficiência energética e mobilidade sustentável, verificou-se que o POR Alentejo apresenta apostas estratégicas ou prioridades de investimento que perspetivam uma evolução positiva e capaz de proporcionar uma efetiva beneficiação infraestrutural e energética do parque edificado público e privado, demonstrando capacidade para proporcionar uma redução efetiva do consumo energético associado ao setor produtivo, institucional e doméstico. A proposta do POR pretende assegurar esses objetivos através da aprovação de projetos e ações que perspetivem potenciar uma diminuição do grau de dependência de combustíveis fósseis por parte das atividades económicas, setor habitacional e dos transportes públicos, bem como a promoção de ações que favorecem a implantação de soluções de mobilidade sustentável, nomeadamente, a implementação de modos suaves na área de intervenção (demonstrando-se assim concordância estratégica com os referenciais e metas nacionais e comunitários associadas a estas matérias).

Constata-se, porém, a necessidade de explicitação ou clarificação de ações de promoção e desenvolvimento dos modos de transporte público e articulação com modos suaves de deslocação, visando o incremento da sua utilização. Em termos globais, os efeitos ambientais previstos para as prioridades de investimento analisados no âmbito deste FCD são claramente positivos, pelo que se prevê uma beneficiação ambiental significativa no caso de pleno cumprimento do programa operacional e financeiro, apesar de não terem sido devidamente identificadas tipologias de ação para cada objetivo estratégico e critérios de seleção para as candidaturas. A incorporação desta informação beneficiaria a avaliação de efeitos ambientais, permitindo uma avaliação mais pormenorizada, e reforçaria o papel do POR Alentejo como um instrumento de salvaguarda e respeito pelos valores naturais, condições ambientais e responsabilidade social.

### **Qualificação Territorial e Identidade Regional**

A proposta do POR Alentejo apresenta apostas estratégicas ou prioridades de investimento que perspetivam uma evolução positiva capaz de proporcionar uma efetiva recuperação infraestrutural do parque edificado, das condições de habitabilidade e conforto, bem como a reconversão e beneficiação

paisagística dos espaços públicos, e a dotação de mobiliário urbano, demonstrando alguma discriminação positiva ou dotações financeiras específicas destinadas às zonas descentralizadas (p.e. zonas rurais), aglomerados desfavorecidos, zonas abandonadas ou degradadas, e áreas sujeitas a passivos ambientais.

Em termos globais, os efeitos ambientais previstos para as prioridades de investimento analisados são positivos. Não obstante, verificam-se algumas potenciais ameaças ambientais associadas à qualificação territorial prevista no âmbito do desenvolvimento do EFMA, e à ausência de critérios de seleção definidos, podendo acarretar efeitos negativos para o estado das massas de água e outros recursos endógenos. Tal poderá suceder caso a gestão das pressões consumptivas e riscos de poluição ou contaminação associados às atividades que usufruem deste recurso natural não sejam as mais corretas para a manutenção da sua sustentabilidade e qualidade ambiental.

### **Recursos naturais**

A gestão e valorização dos recursos naturais presentes constituem-se fundamentais na persecução de uma estratégia de desenvolvimento territorial e económica sustentável. Assim, de uma forma em geral, considera-se que a implementação do POR proporcionará um contributo positivo sobre os valores naturais presentes, particularmente, no que se refere à utilização dos recursos naturais endógenos, contribuindo inclusivamente para a sua valorização. Apesar disso importa salvaguardar a ameaça potencial que o desenvolvimento das atividades económicas promove, essencialmente no que se refere à gestão e consumo desses recursos naturais e na alteração/destruição dos ecossistemas presentes, onde assume especial relevância o EFMA.

Neste sentido, a as recomendações apresentadas pela AAE no âmbito deste FCD surgem essencialmente com a pretensão de potenciar e otimizar algumas das oportunidades identificadas, revestindo-se na sua maioria de um carácter complementar ao PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR). Neste âmbito será fundamental o mecanismo de governação e articulação com a execução e gestão entre estes dois PO, de modo a que as operações apoiadas no POR Alentejo contribuam e se relevem em conformidade com os objetivos do PO SEUR.

### **Paisagem e Património**

Considera-se que os valores paisagísticos presentes na área de intervenção resultam da paisagem característica do território (natural e humanizada), da riqueza patrimonial arquitetónica e arqueológica e da harmonia entre estes elementos que compõem também essa paisagem. Perspetiva-se assim que a implementação do presente POR proporcionará um estímulo positivo sobre o património cultural e natural presente, na utilização dos recursos naturais e na preservação dos ecossistemas, contribuindo inclusivamente para a sua valorização. Ainda assim, considera-se fundamental assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente, bem como estimular a integração e associação deste património às atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura, floresta, mar, indústria extrativa, etc.). Para além disso, salienta-se que o EFMA promoverá o aumento de um número considerável de atividades turísticas, que devem aproveitar e integrar os valores patrimoniais naturais e culturais existentes na sua envolvente, mitigando assim as alterações/modificações provocadas nos ecossistemas presentes e consequentemente na paisagem.

Não obstante, importa considerar as recomendações definidas no âmbito deste FCD e que pretendem contribuir para potenciar as oportunidades identificadas e dar resposta às ameaças.

### **Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos**

Considera-se pertinente referir que as temáticas, operações e intervenções diretamente associadas aos Riscos e Alterações Climáticas são abrangidas no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) (de acordo com o que foi definido no Acordo de Parceria). No entanto, são temáticas transversais e cujos princípios de salvaguarda e atuação devem ser garantidas e integradas nas estratégias e orientações das intervenções ou operações no âmbito, objetivos e princípios dos restantes PO, como o POR Alentejo, no sentido deste promover e contribuir para a prevenção e minimização de riscos e para as questões de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas. Assim,

foi integrada na AAE a avaliação a um FCD “Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos”.

Neste sentido, e apesar do âmbito das ações previstas na estratégia do POR Alentejo não contemplar uma abordagem direta ao nível do nível dos riscos e da resiliência e adaptação às alterações climáticas, perspetiva-se uma evolução positiva neste domínio, nomeadamente com a integração das recomendações da AAE efetuadas no âmbito deste FCD principalmente associadas à internalização de princípios de prevenção e/ou eliminação de riscos e de princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas.

Importa destacar ainda a necessidade de definir mecanismos de governação que permitam uma articulação entre o POR Alentejo e o PO SEUR, de modo a que as intervenções e operações apoiadas no âmbito do POR se constituam oportunidades complementares.

Acresce ainda referir que ao longo do processo de AAE foram apresentadas outras recomendações que entretanto foram internalizadas, de forma mais ou menos direta, na proposta atual do POR.

Assim, as recomendações apresentadas, em particular no âmbito dos FCD de Recursos Naturais, Paisagem e Património e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos surgem essencialmente com a pretensão de potenciar e otimizar algumas das oportunidades identificadas, revestindo-se na sua maioria de um carácter complementar ao PO Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, tal como estabelecido no âmbito do Acordo de Parceria. Outras surgem, como referido anteriormente, para internalização na fase subsequente do POR, no âmbito da elaboração dos seus regulamentos e definição dos critérios de avaliação das candidaturas.

Ainda assim, considera-se fundamental assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente, bem como estimular a integração e associação deste património às atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura, floresta, mar, indústria extrativa, etc). Para além disso, salienta-se que o EFMA promoverá o aumento de um número considerável de atividades turísticas, que devem aproveitar e integrar os valores patrimoniais naturais e culturais existentes na sua envolvente, mitigando assim a alteração/modificação que este empreendimento provocou na paisagem.

Não obstante, a proposta de POR assume-se como bastante positiva, assegurando, apesar da necessidade de aprofundamento ou reforço em alguns objetivos e ações, as principais questões associadas à minimização dos problemas ambientais da Região e com um importante contributo para o caminho a desenrolar-se no sentido de uma estratégia integrada para a sustentabilidade.